

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília-DF, 31 de março de 2014

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
Secretaria de Política de Informática – SEPIN

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013

Brasília-DF, 31 de março de 2014

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	6
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	7
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	9
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO	9
1.4.1. Temas Finalísticos.....	11
1.5. PRINCIPAIS PARCEIROS	22
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	24
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	24
2.2 PROGRAMACÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	25
2.2.1 Programa Temático	25
2.2.2 Objetivo	25
2.2.3 Ações	26
2.2.3.1 Ações realizadas pela Secretaria.....	26
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA	
GESTÃO	34
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	34
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	34
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	35
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº	
1.043/2007 DA CGU.....	36
3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO	
DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS.....	36
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E	
FINANCEIRA	37
4.1.1 Programação de Despesa.....	37
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	37
4.1.3 Realização da Despesa	37
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	37
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados	
Diretamente pela UJ	37
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	37
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados	
Diretamente pela UJ	38
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	38
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	38

4.2	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	38
4.3	MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38
4.4	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	39
4.4.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício	39
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	40
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	40
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	41
4.5	SUPRIMENTO DE FUNDOS	42
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	42
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	42
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	42
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	42
4.6	RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ	43
4.6.1	Benefícios Financeiros e Creditícios	43
4.6.2	Renúncias Tributárias	43
4.6.2.1	Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação	43
4.6.2.2	Valores Renunciados e Contrapartida	44
4.6.2.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia	44
4.6.2.5	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária	45
4.6.2.6	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	45
4.6.2.7	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	45
4.6.2.8	Comunicações à RFB	46
4.6.2.9	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	46
4.6.2.10	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	47
4.6.2.11	Fiscalizações Realizadas pela RFB	48
5.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	48
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	48
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	48
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	49
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	50
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	51

5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	53
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	53
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	53
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	53
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	53
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	53
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	53
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	53
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	53
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	53
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	53
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	54
do Órgão	5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos	54
	5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	54
	5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	54
	5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	54
	5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários	54
	6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	54
	7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	54
	8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	55
	8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	55
	8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	56
	9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	57
	9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	57
	9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	57
	9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício ...	58
	9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	58
	9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	58
	9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	58

9.3	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	58
9.4	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	58
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	58
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	59
9.5	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	59
9.6	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	60
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	61
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	62
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	62
	Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	62
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	63
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	63
13.	ITENS ADICIONAIS RELATIVOS À UJ.....	65
13.1	INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013)	65
	ANEXO I – MAPA ESTRATÉGICO DA SEPIN.....	87

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Política de Informática.			
Denominação abreviada: SEPIN/MCTI			
Código SIORG: 2058	Código LOA: 240101		Código SIAFI: 240116
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(61) 2033-7855	(61) 2033-7900	(61) 2033-7532
Endereço eletrônico: sepin@mct.gov.br			
Página da Internet: http://www.mcti.gov.br/sepin			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar - CEP 70062-900, Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n. 5.314, de 17/12/2004 – DOU 20/12/2004.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias e decretos			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, constituída por meio do Decreto Nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo Decreto Nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, publicado no D.O.U. de 8.9.2006. Regimento Interno - Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
240.102	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
0001	SPOA/MCT		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
240116			

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Tais políticas têm como objetivos a capacitação tecnológica e a competitividade do setor, visando promover as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo.

O instrumento fundamental para a realização de PD&I pelas empresas são os incentivos fiscais apoiado em ações de estímulo: à indústria local de bens e serviços, ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas, à capacitação e formação de recursos humanos, à consolidação e atratividade de empresas, complementado por investimentos e compras governamentais. Tais ações visam o fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, a redução do déficit da balança comercial, a geração de empregos em todo o território nacional e, principalmente, a redução do desequilíbrio social e econômico regional e a inclusão social e digital.

A Lei de Informática constitui o marco legal que demanda maior esforço de gestão desta Secretaria, não somente por tratar de um setor tecnológico altamente dinâmico e com grandes resultados ao longo de duas décadas, mas também pelo grau de complexidade que requer sua aplicação e acompanhamento.

Adicionalmente à gestão da Lei de Informática, a SEPIN contribui na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas e programas específicos relacionados ao setor de TICs em grupos de trabalho conduzidos pelo MCTI e outros ministérios, entidades de classe do setor e fóruns internacionais.

Destacamos a coordenação desta Secretaria no programa mobilizador estratégico em TICs, relevante para ações governamentais no âmbito do Plano Brasil Maior, evolução mais abrangente da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, alinhado aos objetivos estratégicos da ENCTI – Estratégia Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação.

As TICs abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, tecnologias de redes de comunicação e os equipamentos de processamento digital de informações, além de tecnologias emergentes como TV Digital, acesso e conectividade (banda larga, wireless, etc.). Na economia brasileira, a participação do setor é da ordem de US\$ 60 bilhões, sendo que o setor industrial relacionado ao faturamento das empresas beneficiárias da Lei de Informática contribui com cerca de US\$ 35 bilhões.

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do Ministério, conforme Portaria MCT nº 756, de 3 de outubro de 2006, com as seguintes competências regimentais:

I - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;

II - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;

III - propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;

IV - colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;

V - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;

VI - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;

VII - articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e

VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

A SEPIN propõe e implementa ações de políticas públicas e projetos, nacionais e internacionais para o setor de TICs, com objetivo de integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos e suas aplicações, visando a universalização do acesso e a inclusão de todos os indivíduos na sociedade da informação. Com isso, trabalha com o propósito de promover implantação de redes abertas de pesquisa, a diversidade cultural e a ênfase de que as TICs não são um fim em si, mas devem ser instrumento de dinamismo econômico e de inclusão sustentável. Participa na criação de mecanismos multilaterais, transparentes e democráticos de governança da Internet, ressaltando no papel das TICs na promoção do desenvolvimento. Promove ainda a implementação de políticas públicas para a superação do hiato digital e a importância do software livre na promoção da inclusão digital.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas com TICs, a SEPIN tem realizado e implementado ações de programas e projetos de interesse nacional no setor, promovendo o desenvolvimento de suas cadeias produtivas por meio da execução de Programas Prioritários para software, semicondutores e redes de computadores, e de estímulo ao desenvolvimento e produção de peças e componentes dos bens fabricados no País. Essas ações visam fortalecer a capacitação tecnológica do setor, a geração de empregos, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento no segmento industrial das TICs no País.

O marco legal que fundamenta as competências e atribuições da SEPIN são: i) Lei nº 7.232/84, Lei nº 8.248/91, Lei nº 10.176/01 e Lei nº 11.077/04 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei nº 9.609/98 (Lei de Software) e iii) Lei nº 11.484/07, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados.

Em semicondutores e microeletrônica, a política adotada visa à implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas internacionalmente e com impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem

assumido nas economias de países com mais expressão no contexto da economia do conhecimento.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional da SEPIN é composta por:

- Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informática e Comunicação – DETIC;
 - Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME;
 - Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC tem por finalidade subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação além de participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, em temas como propriedade intelectual, serviços de tecnologia da informação, internet, comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME é incumbida de propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, de fortalecimento e consolidação de micro, pequenas e médias empresas, de promoção do software livre, de programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso à internet, e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem como fim propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Sua missão é estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, assim como o fortalecimento das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei 8.248/91.

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO

A política para o setor de TICs tem estimulado a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologia da Informação e a ampliação da capacidade produtiva da

indústria de bens de informática, executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais da Lei de Informática e pelas instituições de ensino e pesquisa em TICs do País. É oportuno esclarecer que a atual legislação de incentivos favorece as regiões de influência regionais da SUDAM e SUDENE e a região Centro-Oeste, visando reduzir as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

Reiterando a orientação de fortalecer o desenvolvimento tecnológico com conteúdo nacional, a Portaria MCT nº 950/2006 fixa os requisitos para a caracterização de bens de informática e automação desenvolvidos no País, conforme o disposto no art. 2º, do Decreto nº 5.906/2006. Este mecanismo constitui um dos indicadores mais relevantes de capacitação tecnológica estabelecidos pela Lei de Informática e permite a avaliação do estágio de desenvolvimento nacional em relação a outros países.

O reconhecimento ao atendimento do citado regulamento pela SEPIN/MCTI permite ao bem:

- *Isenção do IPI na sua venda;*
- *Preferência nas vendas para o setor Público Federal, conforme Decreto 7.174/2010; e*
- *Margem de Preferência em condições regulamentadas pelo Poder Executivo.*

Este instrumento teve boa receptividade por parte de outros Órgãos da Administração Pública Federal, os quais aplicam as portarias de reconhecimento de bem desenvolvido o País em suas esferas de atuação. Entre eles, ressalta-se a utilização do mecanismo pelo BNDES ao disponibilizar linhas de financiamento com condições diferenciadas para a comercialização desses bens. Mais recentemente, a ANATEL divulgou Consulta Pública de regramento que prevê exigências de aquisição de bens de informática desenvolvidos no País por parte das operadoras. Há ainda o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL/MC, o qual também prevê incentivos fiscais direcionados para as Operadoras e inclui requisitos mínimos de compras de bens de informática nos termos da Portaria MCTI nº 950/2006.

Em software, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para ganhos de competitividade interna quanto para inserção efetiva no mercado internacional. Esta proposta de política ativa visa à transformação do País em um centro de excelência e empreendedorismo na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação. O Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior, lançado em 2012, é uma das principais atuações da SEPIN com vistas a estes objetivos. O TI Maior insere-se no contexto do Plano Brasil Maior – PBM, e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, como iniciativa para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. Neste ano, foi dada continuidade à formulação e à implementação de diversos programas para ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, na produção industrial como nas atividades de PD&I.

A SEPIN participa do processo de implantação da TV Digital no Brasil, especialmente através de ações que visam o incremento da capacitação tecnológica nacional, das instituições de pesquisa e das empresas, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em inovações tecnológicas a serem incorporadas em sistemas de tecnologias digitais para informação e comunicação.

Os investimentos efetuados na área de Internet, comércio eletrônico, serviços e segurança de redes têm se pautado no acompanhamento e avaliação do

desenvolvimento das redes brasileiras e mundiais, em criar condições favoráveis para a implantação de serviços demandados pela economia organizada em rede e na proposição de políticas de segurança em redes de serviços on-line da administração pública.

1.4.1. Temas Finalísticos

Software

O Brasil ocupa uma posição destacada como mercado consumidor de software no cenário internacional e, especialmente, na América Latina. Entretanto, a evolução da participação da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI no mercado internacional de software (*market share*) ainda é muito pequena. O Brasil ainda não dispõe de um número expressivo de empresas de grande porte nesse setor, que requer uma estratégia integrada de ações de políticas públicas para o desenvolvimento do setor com foco na inserção global.

Observa-se que os principais resultados obtidos por empresas de software e serviços de TI nas últimas décadas decorrem de ações fragmentadas, em parte devidas à transversalidade setorial, existindo demandas específicas de setores como automação industrial, telecomunicações, financeiro, dentre outros. Embora estes setores tenham conseguido construir uma base tecnológica em hardware e software, apoiados em grande medida na Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), as competências desenvolvidas ainda são insuficientes e pouco adequadas para ampliar significativamente a inserção do Brasil no mercado internacional.

No contexto da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, formulada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foi lançado o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior, em agosto de 2012, desenhado em consonância com Plano Brasil Maior para atuar no desenvolvimento econômico e social, no posicionamento internacional, na inovação e empreendedorismo, na produção de CT&I e na inovação e competitividade do setor de software e serviços de TI.

O ano de 2013 foi de implantação e consolidação de projetos e ações no âmbito do Programa TI Maior, com o objetivo de ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, tanto na produção industrial como nas atividades de PD&I, incluindo atividades de cooperação com o governo federal em prol de investimentos com base na Lei do Bem e na Lei de Informática. Foram realizadas atividades para o projeto Start-up Brasil, iniciativa para fomento do empreendedorismo de base tecnológica, a capacitação de profissionais em TI, a atração de centros globais de P&D para a assimilação de inovações tecnológicas no País, e os avanços na prospecção em inteligência de mercado do setor de TI. A proposta do TI Maior é contribuir para a eliminação dos principais gargalos do setor, de modo que a indústria brasileira de software e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, amplie a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, torne-se uma das referências no cenário internacional.

O quadro a seguir resume os principais resultados alcançados no ano de 2013, em comparação com as metas traçadas para o Programa, visando objetivos em 2014 e 2015.

PROJETO	META	REALIZADO EM 2013
Start-Up Brasil	Acelerar 150 startups até 2014	Cerca de 100 startups
	Investimento de R\$ 40 milhões até 2014	Até R\$ 20 milhões
CERTICS	Implementar a certificação de tecnologia nacional para software e serviços de TI em 2013	Certificação definida e lançada em Junho de 2013
Ecosistemas Digitais	Ampliar investimento em PD&I em software para setores estratégicos da economia até 2015	R\$ 80 milhões em editais lançados com projetos selecionados
Inteligência de mercado	Estruturar conjunto de informações estratégicas sobre dados de inteligência de mercado e prospecção tecnológica para os 12 ecossistemas digitais	3 ecossistemas estruturados
Brasil mais TI	Capacitar 50.000 novos profissionais até 2015	30.667 capacitados
Polos internacionais	Implantar 5 pólos internacionais de apoio à exportação e à internacionalização de empresas inovadoras em SW e serviços de TI	2 pólos instalados até final 08/2013 (NY-Boston e Califórnia)
Centros globais de P&D	Apoiar a fixação de quatro centros globais de P&D no Brasil na área de software e serviços de TI, com investimento de R\$ 15 milhões	4 centros de P&D fixados, investimento de R\$ 14 mi (Edital Público) + R\$ 650 mi (Privado - 4 anos)

A estratégia de atuação do Programa TI Maior atende a toda a cadeia de valor do setor de TI, que inclui: (1) metas, ações e prioridades para colocar o País entre as cinco maiores economias de Software e Serviços de TI até 2020, com competitividade de nível global e foco em integração com outros programas de governo, através de consenso articulado envolvendo órgãos do governo, entidades setoriais, empresas, academia, sociedade civil organizada na consecução dos macro-objetivos, ações e prioridades; (2) formulação e integração de ações transversais com impacto em toda a indústria de software e serviços de TI, (3) desenvolvimento dos ecossistemas digitais de software e serviços de TI em vários setores competitivos e estratégicos da economia brasileira (p. ex. petróleo e gás, energia, telecomunicações, aeroespacial, mineração, agronegócio, saúde, transportes, grandes eventos esportivos); (4) formular ações de apoio financeiro e capitalização (subvenção econômica, *venture capital* etc.) vinculadas aos ecossistemas digitais, com integração às compras governamentais e encomendas estratégicas para a geração de viabilidade econômica dos projetos.

A estratégia setorial se fundamenta em três eixos, cujas iniciativas principais destacam-se a seguir:

- Ações Transversais: formação de recursos humanos, exportação e internacionalização, qualidade, normalização e melhoria de processo, inovação e empreendedorismo, capital de risco, informações e inteligência de mercado sobre o setor.
- Ecosistemas Digitais
- Certificação de Tecnologia Nacional em Software

Formação e capacitação de recursos humanos: A SEPIN passou à implementação do Programa Brasil Mais TI, destinado a formar e capacitar recursos humanos para atuar no setor, nos níveis mais demandados pelo mercado, que incluem a capacitação em nível técnico e tecnológico. Foi desenvolvida uma plataforma com um ambiente de educação virtualizado e um banco de vagas, visando o despertar vocacional dos jovens para as áreas de TI e o treinamento em habilidades básicas demandadas pelo setor. A plataforma obteve grande número de acessos e impacto significativo nas redes sociais, com divulgações em escala viral. No ano de 2013, houve mais de 100 mil capacitações concluídas. A SEPIN buscou parcerias no setor privado para expandir os conteúdos ofertados e iniciou um processo de colaboração com o MEC para expandir o programa para alunos e funcionários da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esta segunda fase do Programa foi lançada em setembro, e foi aberta uma chamada pública para seleção de OSCIP para realizar a gerência executiva do programa a partir de 2014.

Fomentar pesquisa e desenvolvimento: a SEPIN avançou no apoio ao desenvolvimento de projetos de PD&I em computação em áreas consideradas de alta complexidade e grande desafio, que estejam alinhadas com as estratégias nacionais. Foram abertas chamadas de projetos pela FINEP para subvenção econômica à inovação em software e serviços de TI, em temas de computação em nuvem, petróleo, gás e mineração, defesa cibernética, componentes e dispositivos semicondutores, e aeroespacial. Adicionalmente, busca-se estimular e acompanhar os projetos de P&D em software que são desenvolvidos pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática.

Inovação e Empreendedorismo: O Programa TI Maior apresenta o projeto Start-up Brasil, uma série de ações coordenadas para gerar oportunidades a empreendedores organizados em empresas nascentes (*startups*) desenvolvam projetos de *software* com forte potencial de inserção no mercado, tanto nacional quanto internacional.

As ações ligadas às *startups* estão contempladas no Programa Start-up Brasil, que tem o objetivo de apoiar empresas nascentes utilizando-se do conceito de aceleração de empresas, o qual prevê um apoio sistêmico à *startup* que poderá incluir as seguintes atividades: (a) mentorado tecnológico e de negócio; (b) capacitação em negócios; (c) auxílio ao aperfeiçoamento do plano de negócios; (d) recursos para o desenvolvimento de P&D; (e) ações de exposição do negócio junto a potenciais investidores; e (f) aporte de capital oriundo de investidores privados. Estas ações ocorrerão em parceria com *aceleradoras de empresas*, instituições dedicadas ao desenvolvimento de negócios nascentes de software e serviços correlatos, com apoio de curta duração (máximo de doze meses), porém intenso em conteúdos ligados a gestão de negócios e tecnologias.

A edição de 2013 do Start-up Brasil compreende duas etapas: a primeira consiste na convocação e a seleção, por meio de edital público, das aceleradoras parceiras no Programa; foram escolhidas de nove aceleradoras para a parceria no processo. Na segunda fase, foram abertas duas chamadas públicas de empresas startups, uma em cada semestre, para participarem do processo de aceleração. Atenderam à primeira chamada 908 empresas, sendo 672 nacionais e 236 estrangeiras; e na segunda chamada foram recebidas 709 inscrições, 531 de empresas nacionais e 178 estrangeiras. Na seleção foram escolhidas cerca de 100 empresas nacionais e internacionais aptas a participar do processo de aceleração e a receber um *grant* de até R\$200.000,00 para desenvolvimento de soluções de TI e inserção no mercado, totalizando um investimento de R\$ 20 milhões.

Certificação de Tecnologia Nacional em Software: A discussão do uso de certificados de origem e tecnologia nacional advém da emergência das Leis nº 8.248/91 e 8.666/93, que buscavam, respectivamente, dotar o país de uma estrutura de tecnologias da informação avançada, assim como um regramento licitatório que estabelecesse este segmento da economia como estratégico e, portanto, privilegiado com a adoção de regras de licitação e compras públicas que beneficiassem produtos e serviços desenvolvidos no país (artigo 3º da Lei 8.666/93).

Com o advento da Medida Provisória nº 495/2010, convertida na Lei nº 12.349/2010, estabeleceu-se no Estatuto Licitatório a possibilidade do uso de margens de preferência para produtos e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, cabendo ao Ministério da Ciência e Tecnologia estabelecer requisitos e critérios para a definição dos métodos de certificação dos produtos inovadores produzidos no País (art. 2º). Este dispositivo legal possibilita que contratações de sistemas de tecnologia da informação e comunicações, por questões de segurança, sejam restritas a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico.

Apesar da existência de regramento legal para a adoção de medidas certificadoras de tecnologia nacional em alguns segmentos de TIC, havia a lacuna de método e informações para esse regramento na área de software e serviços de tecnologia da informação, gerando um grande risco regulatório para o setor privado e demais órgãos governamentais, pois o poder de compra estatal precisa estar baseado em regras e certificações críveis que garantam aos gestores públicos e entes privados a credibilidade necessária para sua execução, instrumento importante para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Neste sentido, desenvolveu-se tal metodologia com o envolvimento dos diversos atores da sociedade civil organizada, academia, outros órgãos de governo e empresas, com o fito de avaliar as melhores práticas para certificação de tecnologia nacional crível. Assim, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), unidade de pesquisa do MCTI, iniciou-se o projeto para a elaboração de modelo para Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação, denominada CERTICS. A proposta de modelo de certificação foi submetida a consulta pública em fins de 2012, para alinhar-se às percepções dos diversos atores no governo, mercado e sociedade civil. A metodologia foi lançada oficialmente em junho de 2013 durante o evento com ampla participação de representantes do setor, e o processo de certificação baseado nessa metodologia vigora desde setembro, com a colaboração de uma rede de entidades avaliadoras e a validação por parte do CTI.

O Método de avaliação, parte da Metodologia CERTICS para Software, foi totalmente mapeado e implantado em uma plataforma de nome CERTICSys – www.certicsys.org.br -, que automatiza todo o processo desde o cadastramento da empresa, passando pelo monitoramento da atividade de avaliação e depois monitorando os resultados obtidos por empresas de software. Esta plataforma permite uma simulação do processo de avaliação, de modo a proporcionar um aprendizado para a empresa que pretende se certificar e também indica a possibilidade de sucesso da empresa ser aprovada na avaliação.

Qualidade do software e processos

A implementação de melhores práticas de qualidade é importante para expandir a produtividade, a capacidade inovadora e reduzir barreiras não-tarifárias existentes no setor. Por isso a SEPIN apoia, via SOFTEX, a implementação do modelo de melhoria de processos MPS.BR (Melhoria do Processo de Software Brasileiro).

Atualmente o MPS.BR possui dois modelos de referência diferentes: o MPS.BR – SW, voltado para avaliação de melhoria de processos na atividade de desenvolvimento de software; e o MPS.BR – SV, voltado para a prestação de serviços na área de TI.

No total já foram realizadas 543 avaliações usando o modelo MPS.BR – SW, sendo que em 2013 foram realizadas 109 avaliações, divididas da seguinte forma entre os 7 níveis do modelo:

- Nível A: Nenhuma avaliação;
- Nível B: Nenhuma avaliação;
- Nível C: 10 avaliações;
- Nível D: Nenhuma avaliação;
- Nível E: 7 avaliações;
- Nível F: 31 avaliações e
- Nível G: 61 avaliações.

Já no modelo MPS.BR – SV foram realizadas 3 avaliações em 2013, divididas da seguinte forma entre os 7 níveis do modelo:

- Nível A: Nenhuma avaliação;
- Nível B: Nenhuma avaliação;
- Nível C: Nenhuma avaliação;
- Nível D: Nenhuma avaliação;
- Nível E: Nenhuma avaliação;
- Nível F: Nenhuma avaliação e
- Nível G: 3 avaliações.

Além disso, para efeito de registro das atividades na área de melhoria de processo de software no país, cabe ressaltar que foram realizadas 36 avaliações CMMI em 2013, em empresas brasileiras ou com filial no Brasil, divididas da seguinte forma entre os níveis do modelo:

- Nível 5: 3 avaliações;
- Nível 4: 1 avaliação;
- Nível 3: 18 avaliações e
- Nível 2: 14 avaliações.

Outro programa apoiado pela SEPIN, o PBQP Software, procura estimular a adoção de normas, métodos, técnicas e ferramentas da qualidade e da Engenharia de Software, promovendo a melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços de software brasileiros, de modo a tornar as empresas mais capacitadas a competir em um mercado globalizado. O PBQP Software, com uma proposta de programa mobilizador, é composto por voluntários, interessados na melhoria da qualidade e produtividade do software brasileiro, ligados ao governo, academia e setor privado.

Foram selecionados 26 projetos para o Ciclo 2013 do PBQP Software, que foram acompanhados e avaliados ao longo do ano, e os vencedores do Prêmio Dorgival Brandão Júnior da Qualidade e Produtividade em Software foram premiados durante o Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software - SBQS 2013, em Salvador/BA.

Os três projetos vencedores do Prêmio Dorgival Brandão Júnior da Qualidade e Produtividade em Software foram:

- 1º Lugar: Especialização a Distância em Qualidade de Software
 - Vinícius Costa de Souza, Margrit Reni Krug, Juliana Pohren, Josiane Brietzke Porto - Unisinos
 - Odisnei Galarraga, Carlos Alberto Becker - SW Process

- 2º Lugar: Programa de Desenvolvimento de Competências em Verificação e Validação de Software
 - Eliane Collins, Gisele Macedo - INdT
 - Arilo Dias-Neto - UFAM

- 3º Lugar: Customização de Heurísticas de Usabilidade para Celulares Touchscreens
 - Christiane Gresse von Wangenheim, Adriano F. Borgatto, Adriana Talita Witt, Juliane Vargas Nunes, Thaísa Lacerda, Luiz Henrique A. Salazar, Caroline Krone, Laís Oliveira e Paulo Battistella - UFSC

Microeletrônica, Semicondutores e Displays

Pensando no universo dos componentes eletrônicos, representados principalmente pelos semicondutores e os dispositivos optoeletrônicos como os mostradores de cristal líquido (*displays LCD*), vimos a sua introdução definitiva na agenda da política tecnológica e industrial no Brasil nos últimos anos. Devido ao significativo e crescente *déficit* da balança comercial que esses componentes representam para o país, foi identificada a necessidade de dominar o conhecimento sobre o ciclo de desenvolvimento e, para alguns componentes dar início à sua produção no País. Também é fundamental formar e capacitar recursos humanos e incrementar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Após o período da abertura comercial do setor na década de 90, muitas das empresas nacionais que trabalhavam com componentes fecharam suas portas. Desde 2002, a política adotada nestes últimos anos visa novamente criar condições para a implantação plena desta indústria no país, em bases competitivas globalmente e com real impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido nas economias de países de alta expressão na economia mundial do conhecimento.

De acordo com o WSTS, o mercado mundial de semicondutores está previsto para crescer de até 4,1 %, atingindo US\$ 317 bilhões em 2014, superando a alta histórica de US\$ 300 bilhões registrados em 2011. Para 2015, prevê-se que atinja US\$ 328 bilhões, um aumento de 3,4 por cento.

Além de ser um segmento importante economicamente, pode-se afirmar que a indústria de semicondutores apresenta um efeito multiplicador em torno de 25 vezes, o que a torna indiretamente responsável por aproximadamente 10% do PIB mundial. Este fator multiplicador resulta, segundo estimativas da Associação Europeia da Indústria de Semicondutores (ESIA), da comparação do faturamento da indústria de semicondutores (US\$ 250 bilhões) com a produção em 2007 de aproximadamente US\$ 1,5 trilhão em equipamentos eletrônicos cujos componentes são principalmente semicondutores, somados aos US\$ 6,3 trilhões faturados pelas atividades de serviços também dependentes dos semicondutores (tais como operadoras de telecomunicações, provedores de acesso à internet, software, etc.).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE, o faturamento do Setor Eletroeletrônico previsto para o ano de 2013 foi de R\$ 156,6 bilhões, com crescimento nominal de 8% e real de 5% na comparação com 2012 (descontada a inflação do setor com base no IPP – Índice de Preços ao Produtor do IBGE, estimado em 2,5% para 2013).

A Abinee destaca que foi significativo o aumento de 10% nas importações de Componentes Elétricos e Eletrônicos, que atingiram US\$ 24,6 bilhões em 2013, representando 57% das importações totais das indústrias do setor. Este crescimento tem ocorrido em função da ampliação do uso da eletrônica nos produtos em geral, como automóveis, equipamentos elétricos, etc., bem como da utilização de componentes de maior valor agregado decorrente da evolução tecnológica dos produtos. Por sua vez, em 2013, as exportações ficaram 5% abaixo das realizadas no ano passado, pouco contribuindo para os negócios do setor. Portanto, a atividade da indústria eletroeletrônica continuou dependendo do mercado interno.

Como resultado, a ABINEE estimou que a balança comercial do setor deverá atingir déficit de US\$ 36,0 bilhões, 11% superior ao registrado em 2012 (US\$ 32,5 bilhões).

Em 2013, foram aprovados dois projetos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores e *Displays* – PADIS, instituído pela Lei nº 11.484, de 2007, totalizando nove empresas com projetos aprovados.

Além das medidas anteriores de estímulo para a área de semicondutores e *displays* aprovadas por intermédio da Lei nº 12.715, de 2012, que possibilitarão a desoneração da folha de pagamentos das empresas de projeto de circuitos integrados e a concessão dos incentivos do PADIS para a indústria de bens de capital de fabricantes de insumos para os componentes semicondutores e *displays*, cabe destacar também novas ações como a portaria MCTI nº 1.309, de 19.12.2013, que regula e define o reconhecimento de componentes eletrônicos semicondutores desenvolvidos no País. Um conjunto de novas ações e medidas para essa área foi elaborada com a participação de representantes do Governo, trabalhadores, academia e indústria, dentro das iniciativas do Comitê e do Conselho de

Competitividade de Tecnologias da Informação e Comunicação/Complexo Eletroeletrônico do Plano Brasil Maior, compondo a Agenda Setorial para os próximos anos, e foram submetidas ao Grupo Executivo e Comitê Gestor do PBM.

O Programa CI-Brasil

O Programa CI-Brasil foi criado pelo MCTI em junho de 2005, com três objetivos: (i) criar e implantar no País centros e empresas de projeto de circuitos integrados; (ii) formar e capacitar projetistas de circuitos integrados e (iii) disponibilizar para a indústria nacional e internacional a tecnologia e a capacitação para a realização de projeto de circuitos integrados dedicados no País que pudessem ser incorporados em seus produtos, agregando inovação, novas funcionalidades e ampliando a competitividade desses produtos.

Como resultado das ações do Programa CI-Brasil no final de 2013, estão em operação no País 25 centros e empresas de projeto de circuitos integrados, com mais de 600 projetistas, mais de 50 projetos de circuitos integrados desenvolvidos e fabricados e 2 centros de treinamentos de projetistas de circuitos integrados, localizados em Porto Alegre e Campinas. Foram investidos pelo MCTI, com recursos FNDCT, no Programa CI-Brasil desde a sua criação, mais de R\$ 120 milhões, incluindo recursos para implantação e operação dos centros de treinamento, bolsas para projetistas, aquisição de ferramentas de projeto e equipamentos. Até dezembro de 2013 foram treinados 550 projetistas nos dois Centros de Treinamento (CT1 e CT2). Aproximadamente 20 instituições de ensino e centros de pesquisa receberam recursos do MCTI e da Lei de Informática para equiparem seus cursos de graduação e pós-graduação com aquisição de licenças EDA (*eletronic design automation*) utilizadas no projeto de circuitos integrados. Foram beneficiados mais de 2.000 alunos.

A Criação e a Implantação da CEITEC S.A.

A criação da empresa pública Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC foi autorizada pela Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008, e foi efetivada pelo Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008. A empresa está instalada em um complexo de 14.600 m², com aproximadamente 5,6 ha de área construída, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a CEITEC S.A., o Governo Federal objetiva completar o ecossistema microeletrônico no País, capacitando o Brasil para o desenvolvimento e a produção de circuitos integrados. A empresa foi viabilizada a partir da doação de um conjunto de equipamentos para produção de circuitos integrados, realizada pela empresa americana Motorola ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Constituindo-se assim, a CEITEC S.A., na única fábrica de circuitos integrados a dominar o ciclo de processamento físico-químico ou difusão no País e na América do Sul até o momento.

Poucos países hoje detêm conhecimento tecnológico e industrial para realizar a especificação, projeto, construção, instalação e operação de fábricas de semicondutores, que operam em salas limpas com classe 100 ou inferiores e tecnologia CMOS utilizada na produção de semicondutores.

A empresa CEITEC S.A. possui duas unidades principais, uma unidade fabril e uma unidade de projetos de circuitos integrados. A unidade de projetos conta com mais 50 projetistas, incluindo mestres, doutores, engenheiros com larga experiência na indústria de

semicondutores e também engenheiros recém-formados. Além desses, a fábrica deverá empregar cerca de 100 profissionais altamente especializados, dedicados à fabricação de circuitos integrados, na etapa de maior complexidade tecnológica – processamento e difusão de lâminas de silício. Com esta equipe técnica a CEITEC S.A. irá projetar e colocar no mercado produtos de ponta na área de semicondutores, capazes de competir nacional e internacionalmente, criando capacitação no desenvolvimento de produtos de alta tecnologia no Brasil.

O foco de atuação da CEITEC S.A. abrange três segmentos de produtos e tecnologias:

- RFID: identificação por radiofrequência (ex: rastreabilidade animal e veicular; etiquetas eletrônicas);
- Comunicação Sem Fio: produtos para a comunicação sem fio (ex: WIFI, WIMAX);
- Multimídias Digitais: moduladores e demoduladores (ex: TV Digital, rádio digital).

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays – PADIS

O PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays, foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, objetivando desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento na área de projeto e de processo de fabricação de circuitos integrados e de displays, bem como atrair investimentos de produção desses importantes componentes eletrônicos. Para tal, para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento no Brasil e exerçam pelo menos uma das atividades a seguir como: projeto, difusão e/ou encapsulamento e testes de semicondutores, estão previstos no PADIS a desoneração dos impostos e tributos federais incidentes na aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas destinadas ao projeto industrial, bem como a desoneração dos principais tributos incidentes nos insumos e matéria-prima para a produção de semicondutores e displays. As empresas beneficiárias do PADIS poderão contar também com a isenção do imposto de renda e de tributos e impostos incidentes na comercialização de circuitos integrados.

Estão beneficiadas pelo PADIS nove empresas: duas de processamento de lâminas ou foundries: CEITEC S.A. (design e foundry) e SIX Semicondutores; três empresas fabricantes de memórias (DRAM E FLASH): Smart, HT Micron e Multilaser; três empresas de projeto de circuitos integrados - IC design houses: SiliconReef, Chipus e Idea e a empresa FlexIC, fabricante de circuitos híbridos.

As empresas beneficiárias do PADIS encontram-se em estágios diferentes, no que refere às atividades de produção:

SMART

A Smart está encapsulando memórias no Brasil desde 2005. Tendo o seu projeto PADIS aprovado em 2010. Desde 2010, a empresa tem ampliado a sua linha de produtos e em 2014

iniciará a operação das atividades de corte, encapsulamento e teste em uma sala limpa classe 10, destinada à fabricação de componentes eMCP, eMMC e LPDRAM.

HT Micron

Está em operação no País desde 2009. Em outubro de 2013, inaugurou a sua unidade fabril. A nova unidade inicia a sua operação no primeiro trimestre de 2014, a empresa estará ofertando para o mercado memórias DRAM e NAND Flash.

CEITEC S.A.

Primeira *foundry* do País. Iniciou as atividades de fabricação de lâminas e de *back-end* em 2013. Possui um dos maiores grupos de projeto de circuitos integrados do País. Está fornecendo ao mercado *chips* para RFID.

SIX Semicondutores

A infraestrutura fabril está adiantada, a sala limpa deverá ser montada e comissionada em 2014, a operação fabril deverá ter início em 2015.

Multilaser

A empresa Multilaser teve seu projeto aprovado no final de 2013, devendo iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2014.

As empresas beneficiárias do PADIS faturaram em 2013 aproximadamente R\$ 300 milhões e investiram em P&D aproximadamente R\$ 15 milhões. Das nove empresas, já temos pelo menos 5 usufruindo dos incentivos em 2013. As informações sobre o ano de 2013 estarão disponíveis a partir de 31 de julho de 2014.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD)

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.234, de 11 de outubro de 2007.

Estavam habilitadas no PATVD ao final de 2013 as seguintes empresas:

- ✓ Harris Soluções em comunicações do Brasil - CNPJ: 08.807.233/0001-02,
- ✓ Linear Equipamentos Eletrônicos S.A - CNPJ: 19.690.445/0001-79
- ✓ Sanmina-sci do Brasil Integration Ltda - CNPJ: 01.498.525/0001-61
- ✓ Screen Service do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. - CNPJ 03.263.032/0001-78
- ✓ Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda - CNPJ: 05.799.928/0001-00

Ao final de 2013 foi recebido um novo pleito de habilitação da empresa AUAD CORREA Equipamentos Eletrônicos Ltda, que se encontra em análise. Além disto, foi identificado que três empresas habilitadas que estão usufruindo dos benefícios

já possuem faturamento e deverão realizar investimento em P&D no decorrer do ano de 2013.

Processos Produtivos Básicos (PPBs)

Por intermédio da elaboração de Processos Produtivos Básicos (PPB) pelo GT-PPB, constituído de representantes do MCTI, MDIC e Suframa, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes semicondutores fabricados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs a etapa de projeto (*design*) e a de *back-end*, enquanto não são realizadas no País as etapas de fabricação de componentes (*front-end* ou *foundry*).

No ano de 2013, foram publicadas 77 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, sendo 54 delas do setor eletrônico, além da incorporação em alguns PPB's do uso de memórias fabricadas no Brasil em diversos equipamentos.

Para 2014, considerando as prioridades e diretrizes do Plano Brasil Maior para o setor de TIC, pretende-se continuar o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para o adensamento da cadeia de produtos eletrônicos e o aumento da fabricação nacional de componentes eletrônicos, principalmente semicondutores e *displays*, componentes prioritários e estratégicos que integram essa política.

Marco Regulatório

Foi editada a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que incluiu as seguintes alterações na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, artigos 57 e 58:

- ✓ etapa de "corte" na alínea "c" do inciso I do art. 2º;
- ✓ ampliação dos incentivos do PADIS para insumos e equipamentos dedicados à fabricação de dispositivos semicondutores e displays;
- ✓ aprovação dos projetos do PADIS pelo MCTI e MDIC;
- ✓ possibilidade de redução dos investimentos em P&D de 5% para até 2%.

No âmbito do Plano Brasil Maior/TICs, foram elaboradas novas medidas para aperfeiçoar o PADIS, visando regulamentar a Lei 12.715, de 2012 e revisar os anexos de bens e insumos, considerando os novos projetos aprovados. A minuta de decreto foi elaborada em conjunto com o MDIC e o MF/RFB e encaminhada no final de 2013 para a Casa Civil/Presidência da República.

Participação em Seminários, Eventos e ações de Atração de Investimentos

A SEPIN participou de diversas ações de seminários, eventos e missões no exterior, visando à atração de investimentos externos. A SEPIN participou e apoiou a SBMicro realizado em Curitiba; participou de evento realizado em São Francisco nos EUA, seguido de reuniões e visitas a diversas empresas e realizou palestras em diversos eventos como o Seminário de Eletroeletrônica Automotiva e o seminário de RFID Fórum em São Paulo.

Programas Prioritários (PPI)

Não houve aprovação de projetos e liberação de recursos na área de microeletrônica em 2012, ou seja, para o Programa Nacional de Microeletrônica e para o Programa CI-Brasil.

Participação Brasileira na Tecnópolis 2013: Tecnópolis é a maior mostra de ciência, tecnologia, indústria e arte da América Latina. Instalada no Parque do Bicentenário, na província de Buenos Aires, Argentina, a mostra foi inaugurada em 14 de julho de 2011 com o objetivo de ser uma mostra permanente. O objetivo da mostra é dar visibilidade aos avanços dos países latino-americanos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação aplicadas. A participação do Brasil na mostra contribuiu para divulgar a produção brasileira de alta tecnologia e para destacar a imagem do País como país produtor de tecnologia de ponta.

O objetivo foi apresentar casos de excelência de empresas brasileiras e resultados de projetos de cooperação bilateral, notadamente aqueles relacionados a tecnologias de ponta com foco no desenvolvimento industrial e em inovações produtivas. O MCTI, por meio da SEPIN e em colaboração com a Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), realizou um conjunto de ações para a participação do Brasil na mostra, compreendendo a instalação dos dois pavilhões na Tecnópolis para abrigar empresas, órgãos de governo e instituições acadêmicas; promoção comercial e apoio à geração de oportunidades de negócios para as empresas brasileiras participantes; divulgação do ambiente de TIC no Brasil para órgãos de imprensa geral e especializada; e estabelecimento de uma rede de contatos relevantes tanto para empresas quanto para instituições públicas brasileiras.

1.5. PRINCIPAIS PARCEIROS

Os trabalhos da SEPIN são executados em articulação com outros ministérios – Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Fazenda; Comunicações; Educação; Relações Exteriores; Planejamento, Orçamento e Gestão; Trabalho e Emprego – e agências governamentais – as principais incluem a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Projetos e Pesquisa (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

A Secretaria contribui nos trabalhos de comitês e conselhos de diversas instituições e na supervisão de atividades de centros de pesquisa e empresas públicas vinculados ao MCTI, tais como: CEITEC S.A., CATI, LNCC, CTI, RNP, SOFTEX e Comitê Gestor da Internet no Brasil. A SEPIN participa ainda em vários foros nacionais e internacionais vinculadas a outras pastas de Governo: CNCP-MJ, GIPI-MDIC, GTC-MC, CPqD/MC, Grupo de Trabalho Conjunto/TV Digital-MRE, Grupos de Trabalho do Mercosul e da CEPAL e, mais recentemente, o PNBL – Programa Nacional de Banda Larga, com a coordenação do Grupo Temático de Política Industrial e Tecnológica no CGPID.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Iniciada em 2011, a atual gestão da Secretaria de Política de Informática, realizou seu Planejamento Estratégico com vistas à própria reestruturação da Secretaria, haja vista a importância da criação de estruturas públicas condizentes com suas atribuições legais.

A Secretaria tem passado por uma completa reavaliação de seu papel, metas institucionais, planejamento de médio e longo prazo, avaliação dos potenciais conflitos com atos emanados em outras gestões e de outros fatores que afetam a atuação estratégica. A realização do Planejamento Estratégico da UJ é feita em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), fundação vinculada ao Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O Planejamento Estratégico da SEPIN envolveu uma série de oficinas de planejamento, ocorridas em abril e maio de 2011, com colaboradores de diversas áreas e interessados em sua elaboração. O trabalho teve como base a construção coletiva de uma gestão estratégica para a Secretaria de Política de Informática, por meio de discussões abrangendo: i) Missão da SEPIN; ii) Visão de Futuro da SEPIN; iii) Objetivos estratégicos e Mapa Estratégico; iv) Painel de gestão (indicadores e metas); e v) Programas e projetos estratégicos da Secretaria.

Este trabalho focou em duas etapas:

i) **Etapa I (estratégia)** – captação de informações sobre o ambiente institucional e perspectivas da contribuição da SEPIN para a Sociedade, identificação de resultados institucionais da SEPIN, processos internos, pessoal e infraestrutura física e tecnológica;

ii) **Etapa II (indicadores e metas)** – definição de um conjunto de métricas capazes de traduzir conquistas e avanços pretendidos e realizados pela SEPIN, resultando na elaboração do Mapa Estratégico para a Secretaria de Política de Informática. Adicionalmente, foram identificadas as principais iniciativas (projetos e processos), inovadoras ou já em curso, capazes de impulsionar a organização na direção desejada.

O Mapa Estratégico da SEPIN (anexo I) é uma ferramenta que apresenta, de forma lógica e estruturada, a estratégia da instituição, e é elaborado após um processo de debates intensos com ampla participação de todas as lideranças e colaboradores. Sua maior virtude é proporcionar o alinhamento entre os diversos objetivos estratégicos, traduzindo de forma visual e direta a estratégia adotada.

Em 2013 foram realizadas reuniões de avaliação da estratégia para uma adequação do planejamento estratégico a experiências recentes e atual composição de talentos humanos da Secretaria. Uma versão atualizada do Mapa Estratégico da SEPIN foi elaborada e novas oficinas de elaboração e reavaliação de Planejamento Estratégico foram programadas para 2014, com a proposição de indicadores novos e mais precisos para a avaliação do desempenho estratégico da Secretaria.

2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1 Programa Temático

Não se aplica

2.2.2 Objetivo

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO: 0486

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.		
Código	0486	Órgão	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados
2	Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total
3	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO: 0853

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.		
Código	0853	Órgão	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Programa	Desenvolvimento Produtivo	Código	2055

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

2.2.3 Ações

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Identificação da Ação						
Código	20UT		Tipo: Atividade			
Título	Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação					
Iniciativa	01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica. Código: 0486					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	240116 – Secretaria de Política de Informática					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.895.706	2.495.706	2.256.977	466.477	466.477	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado		unidade	7	0	7	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	unidade	0	

Fonte: SIOP – CGOF/MCTI, SEPIN/MCTI – março/2014

2.2.3.1 Ações realizadas pela Secretaria

Termo de Cooperação

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Objeto: Projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País.

Objetivo: O presente processo tem por objetivo apoiar projetos de P, D&I de empresas emergentes de software, de serviços de tecnológicas da inovação ou ainda outras empresas sempre que se proponham a utilizar software ou serviços de TI como

elementos do seu esforço de inovação, com até 3 (três anos de constituição). Este apoio será efetuado por meio da concessão de bolsas de fomento ao desenvolvimento tecnológico de acordo com as necessidades apontadas por cada projeto de empresa. Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País e que se desenvolvam e/ou utilizem ferramentas de software e serviços de TI como parte da solução, produto ou serviço proposto.

Resultados: Alavancar a aceleração de um número crescente de start-ups a cada ano, colocando mercado local e internacional novos produtos e serviços inovadores, conectando nossas empresas de base tecnológica em contato com tendências e mercados globais, bem como construir uma parceria governo e iniciativa privada para a geração de um ecossistema favorável ao empreendedorismo de base tecnológica.

Termo de Cooperação

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Objeto: Apoio ao projeto de Complementação à capacitação Institucional em Tecnologia da Informação.

Objetivo: O “Projeto de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação”, tem como objetivo complementar as ações do programa e visa fortalecer as ações do CTI no cumprimento de seus objetivos estratégicos, junto a seus beneficiários, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, permitindo a introdução de inovações em software, hardware, componentes eletrônicos, materiais, produtos, métodos e processos e a ampliação da capacitação do seu Sistema Tecnológico em tecnologias-chave.

Resultados: Dar continuidade as pesquisas realizadas no desenvolvimento de técnicas avançadas de qualificação e análise de software; tecnologias avançadas em software aberto (SPB); o desenvolvimento de tecnologias avançadas em segurança de sistemas de informação; o desenvolvimento de software para sistemas distribuídos; e o desenho, implementação e avaliação de políticas públicas para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs). Os resultados dessas pesquisas contribuirão para, monitoramento e aprimoramento tanto do programa TI MAIOR – Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação 2012 – 2015 do Ministério da Ciência tecnologia e Inovação (MCTI) quanto de outras políticas de fomento e financiamento do setor de TICS, com destaque para as políticas voltadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I).

Termo de Cooperação

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Objeto: Recursos financeiros adicionais para aprovação de projeto submetido na “Chamada 19/2013 – Programa CI-Brasil – Programa de Treinamento de Projetistas em Instituições e Empresas de Projeto de Semicondutores”.

Objetivo: A Chamada MCTI/SEPIN/CNPq nº 19/2013 – programa CI-Brasil 2013 - Programa de Treinamento de Projetistas em Instituições e Empresas de Projeto de

Semicondutores visava apoiar projetos que venham a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País na área de semicondutores, por meio da concessão de bolsas SDT para projetistas de circuitos integrados (CI), que realizarão suas atividades em centros e empresas de projeto de semicondutores, integrantes do programa CI-Brasil.

Resultados: Promover a qualificação de recursos humanos e incentivos para o desenvolvimento de semicondutores no País, como também fomento a indústria, instituições P&D e a atração de investimentos.

Termo de Cooperação

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Objeto: Projeto de Complementação à capacitação Institucional em Tecnologia da Informação em Centro de Treinamento em Empresas para área de Projetos e Processos de Circuitos Integrados – Brazil-IP.

Objetivo: O “Projeto de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação em Centro de Treinamento em Empresas para área de Projetos e Processos de Circuitos Integrados – Brazil-IP”, tem como objetivo continuação do projeto Brazil-IP e o seu estabelecimento como um programa de treinamento no projeto de IP-cores com foco em alunos de graduação. A idéia básica consiste em iniciar o treinamento dos futuros projetistas durante o ensino da graduação. Com isto são formados engenheiros ou bacharéis que possuem conhecimento do fluxo completo do projeto de circuitos integrados com validação em FPGA e silício, além do conhecimento de ferramentas comerciais de EDA e metodologias usadas na indústria. Temos a meta de iniciar o treinamento de projetistas em 18 equipes a cada ano durante um período de 4 anos. Ao final de 4 anos teremos todos os projetistas treinados no fluxo completo do projeto de IP-cores com prototipação em FPGA e ASIC.

Resultados: Criar empresas brasileiras da área da microeletrônica, mão-de-obra especializada e capacitada, desenvolvimento na área de microeletrônica com viés acadêmico e formador de profissionais especializados para atender as indústrias brasileiras.

Termo de Cooperação

Instituição: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI

Objeto: Pagamento da Terceira parcela do contrato entre CTI e empresa que fornece as ferramentas EDA profissionais Mentor Graphics. Projeto e leiaute de circuitos integrados através de ferramentas de automação de desenho eletrônico da Mentor Graphics.

Objetivo: manter a capacidade da Divisão de Concepção de Sistemas de Hardware do CTI de projeto circuitos integrados avançados prontos para prototipagem em fabricas (foundries) comerciais. Este objetivo é atingido através da utilização de um conjunto de ferramentas profissionais de alta confiabilidade, que utilizam as informações das tecnologias de foundries nacionais (CEITEC), e internacionais, disponibilizados na forma de “process Design Kits” (PDKs) e que para a interação com as foundries.

Resultados: Fortalecer a capacidade científica, tecnológica e industrial do país na área estratégica de microeletrônica, utilizando tecnologia avançada de circuitos integrados para aplicações no setor de energia, comunicações, saúde e em áreas estratégicas como aeroespacial.

Termo de Cooperação

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ

Objeto: Apoio à realização do projeto “RIO INFO 2013 – 11º Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios”

Objetivo: O evento RIO INFO 2013 tem como objetivo promover projetos inovadores e incentivar as ações de inovação das empresas, através de um ambiente colaborativo e de troca de experiências. Com a participação de projetos do Rio de Janeiro, de outros Estados brasileiros e também do Exterior. A Etapa do Rio de Janeiro, escolherá o Projeto Startup Inovador que representará o Estado do Rio de Janeiro, após seleções em várias regiões do Estado.

Resultados: Exposição e reconhecimento institucional e comercial das empresas de TI, com foco na apresentação das inovações tecnológicas e no debate sobre o futuro do setor. No campo dos negócios, é um espaço privilegiado para a troca de experiências e informações. Por meio da rodada de negócios, favorece o estabelecimento de parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras, abrindo novas oportunidades de mercado.

Termo de Cooperação

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Objeto: Apoio à realização do “IV Congresso Brasileiro de Software: Teoria e Prática (CBSOFT 2013)”.

Objetivo: O IV Congresso Brasileiro de Software (CBSOFT 2013) Visa integrar as comunidades acadêmica, industrial e governamental com o intuito de promover discussões sobre as mais recentes pesquisas, tendências e inovações, práticas e teóricas, na área de desenvolvimento de software.

Resultados: Criar um fórum em que pesquisadores, estudantes e profissionais possam apresentar e discutir princípios e inovações no projeto, definição, análise, transformação e implementação de linguagens de programação; O SBMF: devotado à disseminação do desenvolvimento e uso de métodos formais para a construção e a verificação de sistemas computacionais, objetivando promover oportunidades para pesquisadores com interesses em métodos formais discutirem recentes avanços na área; e o SBCARS: simpósio brasileiro da SBC que reúne pesquisadores, estudantes e profissionais com uma ampla gama de interesses em engenharia de software baseada em componentes, arquiteturas de software, e reutilização de software.

Termo de Cooperação

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Objeto: Apoio a realização do XII Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital SBGAMES2013

Objetivo: visa complementar as ações da Comissão Especial de Jogos da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) no cumprimento de seus objetivos estratégicos, junto a seus beneficiários, através da realização do XII Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital, estabelecidos pelo MCTI.

Resultados: Participação dos mais variados setores da sociedade, em especial a comunidade do de jogos digitais, grupos de usuários, estudantes de TI, empresas públicas e privadas da área de TI. Participação significativa do governo em nível Federal e Estadual na difusão e demonstração da importância do uso de tecnologias inovadoras que traz como consequência a melhora dos serviços ao cidadão.

Termo de Cooperação

Instituição: Universidade Federal da Bahia – UFBA

Objeto: XII Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software – SBQS-2013

Objetivo: O XII Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software – SBQS-2013, tem como objetivo reunir pesquisadores, profissionais, empresários, professores e estudantes de diversas áreas, interessados em questões relativas a qualidade de software, em um evento de divulgação troca de experiências. O Simpósio favorece o intercâmbio de informações entre pesquisadores nacionais e estrangeiros de renome, e entre a indústria e usuários, sobre o estado atual e tendências, em termos de métodos e técnicas, ferramentas de software e experiências práticas da área de Qualidade de Software.

Resultados: Permitir a troca de experiências e divulgação de trabalhos, promovendo a integração entre Universidade – Empresa, e estar alinhado com os objetivos do TI Maior.

Termo de Parceria

Instituição: Associação para promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

Objeto: 2ª Fase do Projeto Brasil Mais TI

Objetivo: O objetivo do Programa Brasil Mais TI é atuar para o despertar vocacional e a capacitação no setor de software e serviços de tecnologia da informação.

Resultados: Qualificar 10.000 jovens em nível técnico e profissional, em cursos básicos na área de software e serviços de tecnologia da informação, na modalidade de Ensino a Distância (EAD), por meio das ações elencadas no Projeto. Incluir, aprimorar, acompanhar, avaliar e manter tecnicamente a plataforma LMS, de forma a prover o Programa com capacidade de atendimento aos usuários, melhoria dos conteúdos disponibilizados, recepção de novos conteúdos, integração de mídias sociais, aplicativos e outras extensões. Criar aplicações interativas e jogos disponíveis em redes sociais, integradas à plataforma LMS, condizentes com o tema e os objetivos do Programa. Desenvolver campanhas em mídia digital e de presença em redes sociais, visando

divulgar o Programa, gerar interatividade com os usuários, promover conhecimento e integração com o mercado de trabalho e fortalecer o despertar vocacional do público-alvo.

Termo de Parceria

Instituição: Associação para promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

Objeto: Participação Brasileira na Mostra de Tecnologia – Tecnópolis, edição 2013

Objetivo: Dar visibilidade aos avanços dos países latinos - americanos em ciência e tecnologia aplicada, apresentando a produção tecnológica brasileira, contribuindo para firmar a imagem do Brasil como produtor de tecnologia de alcance global por meio da participação Brasileira, na grande mostra argentina de tecnologia, conhecimento e inovação a ser realizada na cidade de Buenos Aires.

Resultados: A participação do Brasil em eventos como a Tecnópolis, a maior mostra da América Latina em ciência, tecnologia, indústria, representa uma oportunidade singular para exposição de tecnologias, produtos, soluções e serviços brasileiros relacionados à TIC. Ademais, compreenderá um conjunto de atividades que inclui uma intensa interação com a imprensa mundial, a articulação entre empresários visando à realização de negócios e a formação de parcerias comerciais, congresso para debate das últimas tendências do setor, eventos corporativos e rodadas de negócios. Assim, espera-se que esta ação contribua significativamente para o esforço de afirmação do Brasil como produtor de TI com alcance global e para o incremento das receitas de exportação de software e serviços de TI.

Termo de Parceria

Instituição: Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

Objeto: Participação Brasileira na Feira Mundial de Tecnologias da Informação e Comunicação CeBIT, Edição 2013 Em Hannover Alemanha.

Objetivo: Contribuir para afirmação da imagem do Brasil como produtor de Tecnologia da Informação (TI) de alcance global, bem como propiciar, durante a feira e nos meses subsequentes, a realização de negócios em software, hardware e serviços de TI para as empresas brasileiras participantes. A atração de investimentos estrangeiros no setor de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC brasileiro.

Resultados: Contribuir para afirmação do Brasil como produtor de TI com alcance global e para o incremento das receitas de exportação de software e serviços de TI.

Apoio a evento

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Objeto: “IEEE Computer Society Annual Symposium on VLSI”.

Objetivo: O evento “IEEE Computer Society Annual Symposium on VLSI (ISVLSI)” tem como objetivo promover a formação, o intercâmbio e divulgação em microeletrônica. O Simpósio favorece o intercâmbio de informações entre pesquisadores nacionais e estrangeiros de renome e entre a indústria e usuários sobre o estado atual, tendências emergentes e novas idéias e conceitos em termos de métodos, técnicas, ferramentas e experiências da área de microeletrônica.

Resultados:

- a) Permitiu a troca de experiências e divulgação de trabalhos;
- b) Promoveu a integração na Academia;
- c) Está alinhado com os objetivos do Plano Brasil Maior.

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Os recursos orçamentários e financeiros correram à conta da Ação “19.572.2021.20UT.0001.0002 - Promoção do Desenvolvimento de Bens e Serviços de TIC, Componentes Semicondutores, Displays e Outros Dispositivos para Aplicações Avançadas em Áreas Estratégicas”.

Apoio a evento

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Objeto: “VIII Escola de Microeletrônica do Nordeste, EMicro-NE 2013”.

Objetivo: O evento “VIII Escola de Microeletrônica do Nordeste, EMicro-NE 2013” tem como objetivo promover a formação em microeletrônica. Possui programação para 69 horas de atividades, englobando minicursos e palestras diversas na área de microeletrônica. Os minicursos serão nas áreas de processo de fabricação, microeletrônica analógica, digital e rádio frequência.

Resultados:

- a) Atraiu estudantes para realização de estudos e pesquisas na área.
- b) Criou oportunidade de interação entre estudantes e pesquisadores pertencentes a instituições diferentes visando integração entre a comunidade científica;
- c) Divulgou as principais atividades acadêmicas desenvolvidas na área;
- d) Difundiu conhecimento na área de microeletrônica.

Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). Os recursos orçamentários e financeiros correrão à conta da Ação “19.572.2021.20UT.0001.0002 - Promoção do Desenvolvimento de Bens e Serviços de TIC, Componentes Semicondutores, Displays e Outros Dispositivos para Aplicações Avançadas em Áreas Estratégicas”.

Apoio a evento

Instituição: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI.

Objeto: “Aquisição de licenças de projeto de semicondutores da empresa Mentor Graphics”.

Objetivo: Para o desenvolvimento de Circuitos Integrados - CI é necessário possuir um conjunto de ferramentas de software EDA (Eletronic Design Automation). Além destas ferramentas, faz-se necessário negociar com um fabricante físico do CI (Foundry) o acesso ao PDK (Process Development Kit) compatível com a tecnologia de fabricação do CI escolhida. Este casamento da ferramenta EDA + PDK é crítica para um bom resultado do projeto e demanda uma longa curva de aprendizado para se atingir toda a potencialidade fornecida pela configuração - “"setup"”.

Solicitação de recursos para o pagamento da terceira parcela do contrato entre CTI e a empresa que fornece as ferramentas EDA profissionais Mentor Graphics, para manter a capacidade de projeto de CI para dar continuidade aos seus trabalhos.

Resultados:

a) Viabilizou a continuação dos trabalhos de projeto de Circuitos Integrados do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI.

Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). Os recursos orçamentários e financeiros correrão à conta da Ação “19.572.2021.20UT.0001.0002 - Promoção do Desenvolvimento de Bens e Serviços de TIC, Componentes Semicondutores, Displays e Outros Dispositivos para Aplicações Avançadas em Áreas Estratégicas”.

A) Contrato de Gestão

Instituição: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Objeto: Aditivo ao contrato de gestão da RNP para apoio ao projeto de capacitação de jovens em tecnologia da informação por meio da plataforma Brasil Mais TI

Objetivo: Capacitar indivíduos com potencial a serem futuros profissionais ou empreendedores do setor de tecnologia da informação em linguagens de programação, analistas em segurança da informação, administração de rede, administração de banco de dados, ou qualquer outra tecnologia com relevância de contratação imediata, conforme as demandas regionais elencadas por empresas do setor. Além disso, manter a prestação de serviços da plataforma no mesmo nível e avaliar a evolução dela para outra arquitetura.

Foram propostos os seguintes objetivos específicos:

1. Estudos das trilhas de conhecimento para formação.
2. Criação e validação do material escrito.
3. Criação e validação do material de áudio e vídeo.
4. Análise de implantação de nova arquitetura para a plataforma Brasil Mais TI.
5. Avaliação para manutenção da plataforma e da infraestrutura

Resultado: Em Andamento

Valor: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Não se aplica.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Não se aplica.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Não se aplica.

3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Não se aplica.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1.1 Programação de Despesa

Não se aplica.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	240102	240116	2410119572202120UT	-	-	2.014.706,00

Fonte: DIOF/MCTI, março de 2014

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	240116	364102	2410119572202120UT	-	-	1.790.500,00

Fonte: DIOF/MCTI, março de 2014

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Não se aplica.

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

**QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS
– TOTAL**

Unidade Orçamentária:			Código UO:			UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
18. AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.770.500,00	-		-	1.770.500,00	-	-	-
41. CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	-	180.000,00	-		-	180.000,00	-
20. AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	150.000,00	-	130.000,00	-	20.000,00	-	130.000,00	-
Demais elementos do grupo	156.477,46	-	156.477,46	-	-	-	156.477,46	-

* Dados de 2012 não se aplicam à UJ.

Fonte: DIOF/MCTI, março de 2014

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica

4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	0,00	--	--	0,00
2011	1.800.000,00	--	--	309.440,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	0,00	--	--	0,00
2011	309.440,00	--	--	309.440,00
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2014

4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Políticas de Informática									
CNPJ:				UG/GESTÃO:					
Informações sobre as transferências									
Mod.	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrap.	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	TDC/SEPIN-1	CNPq	800.000,00		800.000,00		2013	2014	1
3	TDC/SEPIN-2	CNPq	294.000,00		294.000,00		2013	2014	1
3	TDC/SEPIN-3	CNPq	596.500,00		596.500,00		2013	2014	1
3	TDC/SEPIN-4	CNPq	100.000,00		100.000,00		2013	2014	1
3	TDC/SEPIN-5	CTI	130.000,00		130.000,00		2013	2014	1
3	TDC/SEPIN-6	IFRJ	80.000,00		80.000,00		2013	2013	4
3	TDC/SEPIN-7	CNPq	80.000,00		80.000,00		2013	2013	4
3	TDC/SEPIN-8	CNPq	40.000,00		40.000,00		2013	2013	4
3	TDC/SEPIN-9	UFBA	40.000,00		40.000,00		2013	2013	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

UFBA – Universidade Federal da Bahia

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2014

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Política de Informática					
CNPJ:	012.638.960/0027-01					
UG/GESTÃO:	24116					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	3	0	0	8.326.520,00	3.052.676,00	0,00
Termo de Cooperação	9	12	7	2.160.500,00	0,00	3.058.831,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	12	12	7	10.487.020,00	3.052.676,00	3.058.831,00

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2014

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Política de Informática					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas prestadas	Quantidade	0	9	0
		Montante Repassado	0	9	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	8	0
		Montante Repassado	0	8	0

2012	Contas prestadas	Quantidade	0	1	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas prestadas	Quantidade	5	5	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Posição
31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas		-	-	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	3
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	6		
	Montante Repassado (R\$)	-	-		
2012	Quantidade de contas prestadas		1	-	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2011	Quantidade de Contas Prestadas		8	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	

		Quantidade de TCE	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	7	-
		Montante Repassado	-	-
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2014				

QUADRO A.4.4.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2013
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	----	--	--	
Contrato de Repasse	0	----	--	--	
Termo de Cooperação	9	----	3.052.676,00	9.817.069,00	99%
Termo de Compromisso	0	----	--	--	
Totais	9	----	3.052.676,00	9.817.069,00	

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2014

4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Não se aplica

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se aplica

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não se aplica

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Não se aplica

4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ

4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

Não se aplica

4.6.2 Renúncias Tributárias

4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

QUADRO – A.4.6.2.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	- Leis nºs 8.248/2001, 10.176/2001 e 11.077/2004.- Decreto nº 5.906/2006	Redução/Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	Capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação.	Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação;- Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	31/12/2019	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação.
PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, II-Imposto de Importação	Lei nº 11.484/2007. - Decretos nºs 6.233 e 6.234 de 11/10/2007	Redução/Isenção do PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, - Imposto de Importação (*)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de	- Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	PADIS – 22/01/2022 PATVD - 22/01/2017	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não-realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação

			Equipamentos para a TV Digital – PATVD			
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

QUADRO A.4.6.2.2. - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Valores	2013		2012		2011	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	5.300.000,00	-	4.016.000,00	4.419.001,60	4.400.000,00	3.771.522,96
Contrapartida	1.350.000,00	-	1.012.000,00	1.121.334,29	1.200.000,00	1.095.021,36
Medidas de Compensação (*)	---	102.720,00	-----	88.765,00	-----	72.516,00

4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

QUADRO A.4.6.2.4.2 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS
(Valores em R\$ mil)

UF	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	1	-
AL	-	-	1	-	2	11,98
AM	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	42	126.803,37	40	123.646,24
CE	-	-	6	22.206,98	6	22.233,70
DF	-	-	8	892,57	8	523,68
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	1	-	2	1.584,83
MA	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	71	241.407,84	68	215.740,42
MS	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	2	2.315,47	-	-
PA	-	-	1	-	1	1.128,40
PB	-	-	5	8.791,22	5	6.727,00
PE	-	-	4	19.065,42	4	13.835,99
PI	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	51	396.144,52	41	420.269,30
RJ	-	-	10	1.242,08	8	403,83
RN	-	-	1	-	3	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	46	438.336,33	44	410.412,42
SC	-	-	48	133.308,45	47	65.528,62
SE	-	-	3	6.486,42	3	32.054,41
SP	-	-	208	3.022.000,93	204	2.457.421,96
TO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	508	4.419.001,60	487	3.771.522,96

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática
 (*) – dados não disponíveis para o ano base de 2013.

4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

QUADRO A.4.6.2.5.2 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

UF	2013 (*)		2012		2011	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	1	160,05	-	-
AM	-	-	-	-	1	194,72
AP	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	11	25.834,30	8	26.509,46
CE	-	-	10	42.242,61	10	42.579,78
DF	-	-	8	30.669,90	6	24.363,10
ES	-	-	1	477,48	1	1.616,28
GO	-	-	1	78,00	2	1.057,57
MA	-	-	1	170,03	2	352,25
MG	-	-	14	13.791,38	8	11.059,12
MS	-	-	1	236,38	-	-
MT	-	-	-	-	1	258,11
PA	-	-	1	2.220,90	1	1.446,51
PB	-	-	5	9.232,92	5	2.594,09
PE	-	-	6	78.595,53	7	61.861,33
PI	-	-	-	-	1	513,60
PR	-	-	5	27.218,60	6	35.447,94
RJ	-	-	3	3.728,23	3	1.266,09
RN	-	-	1	72,00	1	508,20
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	12	13.595,32	9	9.209,27
SC	-	-	7	8.815,66	10	5.702,24
SE	-	-	1	-	1	0,00
SP	-	-	29	253.067,79	27	250.372,50
TO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	118	510.389,15	110	476.932,27

4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica.

4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO A.4.6.2.7 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Situação	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PC não Apresentadas	-	-	38	-	37	-
PC Aguardando Análise	-	-	368	920.000,00	394	841.700,00
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	63	-	55	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

4.6.2.8 Comunicações à RFB

QUADRO A.4.6.2.8 - COMUNICAÇÕES À RFB

Renúncia	2013				2012				2011			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Susp.	Canc.
IPI	22	34	-	-	47	38	-	-	47	42	-	-

4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO A.4.6.2.9 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.		Nac.	Diretos
2013*	-	-	-	-	0,106*	132.000*	-
2012	-	-	-	-	0,106	124.501	-
2011	-	-	-	-	0,105	112.397	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

(*) – dados estimados para o ano base de 2013.

4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

Eu, **VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA**, CPF nº**130.465.196-72**, **Secretário de Políticas de Informática**, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) Decreto Nº 5.906/06, publicado no D.O.U. de 26.9.2006, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Destaco que **não há** beneficiários que descumpriram tais dispositivos.

Brasília, 31 de março de 2014.

VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

CPF: 130.465.196-72

SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLITICA DE INFORMÁTICA

4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		50	19	
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		41	19	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		4		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2		
2. Empregados Públicos		3		
3. Servidores com Contratos Temporários				
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
5. Total de Servidores (1+2+3)		50	19	

Fonte: Secretaria de Política de Informática

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Não se aplica

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		13	1	
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				

1.2.1.	Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		10	1	
1.2.2.	Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		
1.2.3.	Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2	2	
1.2.4.	Sem Vínculo				
1.2.5.	Aposentados				
2.	Funções Gratificadas		6	1	
2.1.	Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6	1	
2.2.	Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3.	Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3.	Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		19	2	

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	6	13	16	10	3
1.1. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>					
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	6	13	13	10	3
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>					
1.4. <i>Empregados Públicos</i>			3		
2. Provimento de Cargo em Comissão		5	7	5	2
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>					
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>		3	5	3	2
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>		2	2	2	
3. Totais (1+2)	6	18	23	15	5

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SEPIN POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo					10	15	10	11	2
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					7	15	10	11	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Empregados Públicos					3				
2. Provimento de Cargo em Comissão					3	9	4	3	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						6	4	3	1
2.3. Funções Gratificadas					3	3			
3. Totais (1+2)					13	24	14	14	3

Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE-Extrator De Dados

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Empregados públicos										
Exercícios	2013	77.760,00								77.760,00
	2012									66.600,00
	2011	72.150,00								72.150,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2013	1.929.547,80		1.060.041,96	95.795,88	32.563,90				3.117.949,54
	2012	1.725.127,04		799.024,59	162.644,04					2.686.795,67
	2011	1.276.553,60		1.258.189,82	115.6541,25					3.691.284,67
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013									
	2012									

	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	428.454,12									428.454,12
	2012	440.834,42									440.834,42
	2011	469.495,12									469.495,12
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	39.147,60									39.147,60
	2012	34.814,39									34.814,39
	2011	25.448,52									25.448,52

Fonte: Extrator De Dados – SIAPE – 2014

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Não se aplica.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica

5.1.5 Cadastramento no Sisac

Não se aplica

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Não se aplica

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Não se aplica

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Não se aplica

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não se aplica

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não se aplica

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	3	0	1	1	4.898,67
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	1	0	0	0	70,91
3. TOTAL (1+2)	4	0	1	1	4.969,58

Fonte: Extrator De Dados – SIAPE – 2014

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplica.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Não se aplica.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa	X				

campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Não se aplica.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.436/2013-6	3695/2013	9.4.1	RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO	
2			9.4.2	RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO	
3			9.4.3	RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO	
4			9.4.4	RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Descrição da Deliberação – Itens 1 a 4:					
“9.4.1. racionalize a utilização de sua força de trabalho, atribuindo importância à realização de fiscalizações contábeis e financeiras sobre os projetos de investimento das empresas beneficiárias nos temas albergados pelas legislações específicas (P&D nos termos das Leis 8.248/1991 e 11.484/2007), com a finalidade de confirmar a adequação e a fidedignidade dos valores dos custos declarados dos projetos;”					
“9.4.2. normatize a metodologia e implemente a apresentação de relatórios demonstrativos simplificados, previstos no art. 33, § 2o, do Decreto 5.906/2006, como maneira de desafogar a utilização da força de trabalho na análise de RDs, e viabilizar maior capacidade fiscalizatória em relação aos custos dos projetos de investimento em P&D;”					
“9.4.3. “adote exigências de comprovação de custos incorridos com recursos humanos no âmbito de projetos de investimento realizados em contrapartida às Leis 8.248/1991 e 11.484/2007, adotando, preferencialmente, as informações apresentadas pelas empresas beneficiárias ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; e”					
“9.4.4. adote processo administrativo formal, com folhas sequencialmente numeradas e demais requisitos legais, para juntada de pareceres técnicos de análise dos RDs dos diversos anos-base de cada empresa, de sorte a minimizar o risco de perdas, erros ou fraude documental, em homenagem aos princípios da legalidade e da segurança jurídica.”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Síntese das providências adotadas – Itens 1 a 4:					
9.4.1. Trata-se de recomendação que será avaliada pela SEPIN. Entretanto, tal abordagem já é utilizada na avaliação do cumprimento dos Processos Produtivos Básicos.					
9.4.2. A utilização do Relatório Demonstrativo Simplificado está prevista para ser implementada com a operacionalização do Projeto AQUARIUS.					
9.4.3. Trata-se de recomendação que entendemos como importante e que poderá ser implementada como uma					

medida de buscar junto às empresas incentivadas informações consistentes com as bases de dados públicas.
9.4.4. Trata-se de prática de processo administrativo adotada pela SEPIN, embora possa haver casos isolados ou de processos antigos em que tal providência não tenha sido tomada.
Síntese dos resultados obtidos
Publicação das Portarias: MCT/MDIC/MF nº 148/2007; MCT/MDIC nº 501/2010; MCT nº 178/2007; MCT nº 97/2007, 772/2009 e 344/2011.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<p>Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprometimento e engajamento da Alta Administração do MCTI na automação dos processos inerentes à gestão da Lei de Informática conduzida pela SEPIN, considerados processos críticos e incluídos no desenvolvimento da Plataforma Aquarius. - Apoio e participação de outras pastas governamentais envolvidas no processo de concessão de incentivos visando racionalizar este processo; e - Contribuições e orientações da CONJUR/MCTI, relevantes na condução das atividades da SEPIN. <p>Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O sistema informatizado de gestão da Lei de Informática – Sigplani, desenvolvido internamente pelo MCTI com orientação da SEPIN, apresenta limitações com destaque para as funcionalidades que permitam automatizar etapas da análise e proporcionar conectividade com outras bases de dados internas existentes. Ciente dessas dificuldades o MCTI, por meio da plataforma Aquarius, iniciou o desenvolvimento de novos módulos informatizados de gestão da Lei de Informática, em particular o módulo de concessão de incentivos e o módulo de apresentação e análise dos relatórios demonstrativos das atividades de pesquisa e desenvolvimento

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Não se aplica

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica

9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica

9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	49		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGRH/MCTI

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Não se aplica

9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIOO

Não se aplica

9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Virgílio Augusto Fernandes Almeida**, CPF nº **130.465.196-72**, **Secretário de Política de Informática**, exercido na **Secretaria de política de Informática** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2014.

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

130.465.196-72

SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Secretaria de Política de Informática mantém contato contínuo com parceiros, empresas e unidades de pesquisa que colaboram na execução das políticas de incentivo ao setor de tecnologias da informação e comunicação, em particular nas atividades de caráter permanente, como as avaliações relativas aos incentivos da Lei de Informática e Processo Produtivo Básico.

Alguns projetos a cargo da SEPIN demandam atenção especial no contato com parceiros ou pessoas interessadas. A implementação da metodologia de Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação – CERTICS, em coordenação com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, é realizada por meio de uma rede de entidades certificadoras que interagem diretamente com as empresas do setor. Para o projeto de incentivo de empreendedorismo de base tecnológica – Start-up Brasil – é mobilizada uma equipe especializada, incluindo servidores da SEPIN, consultores e mentores especializados, para tratar dos assuntos de interesse dos participantes dos projetos, parceiros e empreendedores. No projeto de capacitação em TI – Brasil Mais TI – as demandas por informação e a divulgação das atividades ocorrem diretamente com a Secretaria ou por meio dos colaboradores do projeto.

Ademais, a equipe da SEPIN mantém-se constantemente a par das solicitações de informação por parte do público em geral, seja pelo contato direto com o escritório da Secretaria no Ministério (por e-mail, telefone ou pessoalmente), seja por meio das ouvidorias do MCTI e de outros órgãos públicos.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN			240116
<p>Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR, relativos ao exercício de 2013, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Política de Informática - SEPIN e, ressalto que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	10/02/2014
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF-006666/O-1

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

- Desde 2001, com publicação da Lei nº 10.176/2001 que a Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), ocorreu um aumento contínuo e expressivo das atribuições/competências da SEPIN. Citamos por exemplo, a aprovação do regime de incentivos para o setor de semicondutores e TV digital (Lei nº 11.484/2007), regulamentação do poder de compra para bens de informática e automação nas compras públicas (Decretos nºs 7.174/2010 e 7903/2013), o que não foi acompanhado com a adequada reestruturação do Órgão frente às novas realidades. Tais solicitações e pedidos já foram expostos em diversos relatórios de acompanhamento realizados pelo Tribunal;

- Importante frisar a mudança da postura das auditorias que antes se baseavam na insistência dos órgãos de controle em tratar eventuais deficiências operacionais -- cujas razões foram inclusive objeto deste relatório -- como conduta irregular ou dolo, por parte dos servidores da SEPIN, agora se refletem em buscar entender os aspectos complexos da Lei de Informática e dos demais instrumentos da Secretaria, alternando os acórdãos para uma visão mais sistêmica e mais madura dos procedimentos operacionalizados;

- Ademais, é possível perceber uma maturidade das recentes auditorias e recomendações do Tribunal, no sentido de entender que se trata de uma política pública complexa, para uma cadeia produtiva extremamente inovadora, dinâmica e de alta dificuldade, o que pode sim tornar efetiva uma aproximação do Tribunal no sentido de entender e apoiar os órgãos governamentais responsáveis por sua execução, uma vez que os resultados da política pública não são restritos apenas à atuação da SEPIN;

- Novamente acrescentamos que a avaliação da SEPIN deveria levar em conta os indicadores e resultados concretos da evolução do setor de TIC no Brasil (o que começou a aparecer nas análises recentes do Tribunal), inclusive realizando estudos comparativos com resultados produzidos em outros regimes de benefícios tributários federais sob gestão de outros Órgãos. Vale ressaltar que a efetividade e a importância dessa política pública -- particularmente com instrumento indutor de atividades de P&D no setor produtivo -- tem sido reconhecidas em publicações de Órgãos Governamentais como IPEA e BNDES; além de recentes trabalhos acadêmicos e em declarações de representantes do setor produtivo e das instituições de ensino e pesquisa, que denotam o empenho da equipe em superar as constantes restrições estruturais e seu comprometimento com a missão institucional;

- Gostaríamos de frisar que as recomendações do Tribunal estão sendo levadas a cabo para não apenas aperfeiçoar a gestão operacional da Lei, mas também como forma de repensar estrategicamente alguns pontos da própria legislação, o que contribui para o debate nacional sobre os impactos dos incentivos fiscais sobre os investimentos em pesquisa e desenvolvimento;

- Adicionalmente, gostaríamos de frisar a importância que novas políticas públicas tais como o TI Maior ou mesmo o Startup Brasil estão tendo no ecossistema brasileiro de tecnologia da informação, com grande visibilidade nacional e internacional, e uma

forma de execução de programas governamentais em parceria com a iniciativa privada.

13. ITENS ADICIONAIS RELATIVOS À UJ

13.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013)

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$
1,00

PROJETO 1

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.			914BRZ2018		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 02/032/2011					
Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos e propor aperfeiçoamentos para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação, para os anos de 2006 a 2010.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	04/06/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; Aspectos Econômicos, Sociais, Tecnológicos; Identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão do Estudo; e Compilação do Resultado da Análise de 25 Relatórios Demonstrativos.			1º Produto: 05/09/2012	Produto 1:	R\$ 21.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; Compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.			2º Produto: 10/12/2012	Produto 2:	R\$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Consolidação Parcial dos Dados; Compilação do Resultado da Análise de 30 Relatórios Demonstrativos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.			3º Produto: 20/03/2013	Produto 3:	R\$ 23.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo Relatório Final: Compilação do Resultado da Análise de 15 Relatórios Demonstrativos; Integração dos Relatórios Parciais;			4º Produto:	Produto 4:	R\$

Consolidação Final dos Dados; e Conclusões e Comentários.	04/06/2013	22.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Carlos da Silva Carvalho		CPF: 002.254.281-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 2

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 002/025/2012					
Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados para análise de mecanismos de avaliação de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) Disponibilidade para viagens.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/12/2012	31/08/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
<p>Produto 01: Documento Técnico com uma apreciação sobre a problemática de mensuração de PD&I em software a partir da evolução dos conceitos de P&D e de inovação e das características da tecnologia de software vis-à-vis as tecnologias tradicionais que embasam as metodologias consagradas de mensuração de PD&I;</p> <p>Produto 02 Documento Técnico com uma apreciação sobre o conjunto de indicadores para PD&I em software e respectivas metodologias de coleta empregados no mundo e um benchmarking do caso brasileiro, vis-à-vis os casos internacionais;</p> <p>Produto 03: Documento Técnico com análise crítica e recomendações sobre a proposta de indicadores e sua metodologia de avaliação de P&D&I em software, a serem fornecidos pela unidade solicitante, e sua metodologia de coleta;</p> <p>Produto 04: Documento Técnico com uma análise crítica sobre o impacto desses indicadores e sua metodologia de coleta sobre as políticas de públicas setoriais, especialmente as políticas de fomento.</p>			<p>1° Produto: 18/02/2013</p> <p>2° Produto: 13/04/2013</p> <p>3° Produto: 03/06/2013</p> <p>4° Produto: 31/08/2013</p>		<p>Produto 1: R\$ 21.000,00</p> <p>Produto 2: R\$ 23.000,00</p> <p>Produto 3: R\$ 22.000,00</p> <p>Produto 4: R\$ 24.000,00</p>
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Claudio de Almeida Loural				CPF: 431.161.837-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

PROJETO 3

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 002/022/2012					
Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados em mapeamento de indicadores de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor público. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/12/2012	30/08/2013	R\$ 45.900,00	R\$ 37.000,00	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento Técnico contendo Plano de pesquisa com detalhamento dos objetivos e metodologias para a realização das atividades previstas e fontes de coletas de dados;			1º Produto: 20/12/2012	Produto 1: R\$ 8.900,00	
Produto 02 Documento Técnico contendo diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e de metodologias de coleta destes indicadores por organizações públicas;			2º Produto: 18/02/2013	Produto 2: R\$ 10.000,00	
Produto 03: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações públicas;			3º Produto: 25/04/2013	Produto 3: R\$ 10.5000,00	
Produto 04: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e metodologias de coleta destes indicadores por organizações públicas;			4º Produto: 20/06/2013	Produto 4: R\$ 8.000,00	
Produto 05: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações públicas.			5º Produto: 30/08/2013	Produto 5: R\$ 8.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cleide de Marco Pereira				CPF: 126.414.928-06	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

PROJETO 4

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.		914BRZ2018			
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 02/039/2011					
<p>Objetivo da Consultoria: A presente proposta destina-se a contratação de consultoria em atividades relativas ao tema Qualidade e Produtividade em Software, especialmente àquelas relacionadas ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software - PBQP Software. A obtenção de dados e indicadores sobre a evolução da qualidade no setor de software e serviços de TI no Brasil é fundamental, pois para tratar do tema qualidade com autoridade é necessário estabelecer instrumentos para mensurá-la. Uma das finalidades da presente contratação é planejar, coordenar, acompanhar e consolidar os resultados do processo de obtenção de dados que permitirão avaliar e acompanhar indicadores de qualidade no desenvolvimento de software e serviços de TI entre empresas brasileiras, bem como dar ampla publicidade aos resultados obtidos. A integração entre indústria, governo e academia é um dos principais objetivos do PBQP Software. Dentre as ações do referido Programa está à submissão, o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento de projetos. Outra finalidade dessa contratação é a organização e consolidação dos resultados do Workshop da Qualidade e Produtividade em Software - WQPS 2012, que norteará todas as atividades relativas ao Ciclo de Projetos de 2012 do PBQP Software. Além disso, o WQPS 2012 realiza a avaliação dos projetos concluídos do Ciclo 2011 para concessão do Prêmio Dorgival Brandão Júnior aos três projetos melhores avaliados. A organização bem como o acompanhamento e consolidação dos resultados das atividades decorrentes do Ciclo de Projetos 2012 do PBQP Software, que se desenvolve no contexto dos Encontros da Qualidade e Produtividade em Software – EQPS, onde são apresentados os projetos selecionados no WQPS 2012 é outra finalidade da presente contratação. Apesar de existir uma comunidade ativa e com relevante produção científica relacionada às diversas áreas da Engenharia de Software no Brasil, existem poucas publicações em língua portuguesa de autores brasileiros no tema. Assim, o PBQP Software deu início a uma ação destinada a promover a publicação anual de um livro texto em Engenharia de Software, com foco em qualidade e produtividade de software. Outro objetivo da contratação relaciona-se ao planejamento, coordenação e consolidação dos resultados do processo seleção do trabalho a ser publicado em 2013.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	04/04/2013	R\$ 55.000,00	R\$ 27.500,00	R\$ 0,00	R\$ 27.500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

<p>Produto 01: Documento técnico de planejamento para realização da pesquisa Qualidade no Setor de Software Brasileiro.</p> <p>Produto 02: Documento técnico com resultados do Workshop da Qualidade e Produtividade em Software WQPS 2012, contendo (i) resumo das atividades desenvolvidas; (ii) cronograma de atividades do Ciclo de Projetos de 2012 do PBQP Software; (iii) lista dos projetos a serem apresentados no Ciclo de Projetos de 2012 do PBQP Software; (iv) resultado da avaliação para concessão do Prêmio Dorgival Brandão Júnior.</p> <p>Produto 03: Documento técnico contendo coletânea de material para publicação de livro e divulgação no sítio do MCTI da Série de Livros do PBQP Software de 2013.</p> <p>Produto 04: Documento técnico contendo coletânea de material para publicação de livro e divulgação no sítio do MCTI dos resultados da pesquisa Qualidade no Setor de Software Brasileiro.</p>	<p>1° Produto: 03/06/2012</p>	<p>Produto 1: R\$ 11.000,00</p>
	<p>2° Produto: 03/08/2012</p>	<p>Produto 2: R\$ 16.500,00</p>
	<p>3° Produto: 15/02/2013</p>	<p>Produto 3: R\$ 16.500,00</p>
	<p>4° Produto: 04/04/2013</p>	<p>Produto 4: R\$ 11.000,00</p>
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Diva da Silva Marinho		CPF: 815.958.677-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 5

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/018/2012					
Objetivo da Consultoria: Estudos técnicos de inteligência de mercado para o setor de segurança da informação e criptografia. O objetivo é levantar informações, mapeando a estrutura da cadeia produtiva segurança da informação e criptografia, elencando o posicionamento de empresas multinacionais em subsegmentos, bem como levantar, através de pesquisa primária e secundária, a existência de empresas nacionais nestes diversos nichos avaliados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/11/2012	30/06/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 63.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento Técnico contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pós-2008) do sub-segmento de TICs no setor de segurança da informação e criptografia (tanto internacional, como nacional).			1° Produto: 30/12/2012	Produto 1: 27.000,00	R\$
Produto 02: Documento técnico contendo a avaliação da estrutura da oferta de soluções e sistemas nos seguintes			2° Produto: 01/03/2013	Produto 2: 28.000,00	R\$

<p>nichos da cadeia da segurança da informação: a) Gerencia de infra-estrutura de TI: Change and Configuration Management, Problem Management, Service Desk, Workload Scheduling and Automation; b) Segurança e ameaças: Security (Endpoint, Network, Web, Messaging), Antivirus, Content Control, Data Loss Prevention, Anti Spam, Encryption, Fraud Protection, Web Gateway; c) Gerenciamento de dados: Storage Management, Device Management, Archiving, Replication, Disaster Recovery; Proteção de Dados: Backup, System Recovery, Availability, Clustering, Virtualization, Storage Infrastructure, Volume Management, File System.</p> <p>Produto 03: Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das pesquisas primárias e secundárias realizadas, contendo, no mínimo, 10 players nacionais posicionados em cada nicho da cadeia de segurança da informação e criptografia arrolados em a); Análise crítica do mercado e das ofertas de produtos e serviços na área de TICs para segurança da informação e criptografia, em nichos especificados em a), contendo proposições de possíveis arranjos, fusões e aquisições (M&A), ausência de oferta brasileira, recentes aquisições de empresas capital predominantemente brasileiro por grupos internacionais, etc.</p>	<p>3º Produto: 30/06/2013</p>	<p>Produto 3: R\$ 35.000,00</p>
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Eduardo Francisco Cortez Cardoso		CPF: 289.689.258-36
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 6

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/002/2012					
Estudos técnicos de suporte à elaboração de ações de apoio ao fortalecimento da cadeia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no setor de educação. O objetivo é levantar informações, com destaque para o período pós-2008, compilar dados e realizar estudos de mercado para apoiar o efetivo desenho de programas e ações para o desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação, fortalecimento da cadeia e possíveis políticas de uso para as TICs na educação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	05/10/2013	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento Técnico contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pos-2008) do sub-segmento de TICs no setor de educação (tanto internacional, como			1º Produto: 05/08/2012	Produto 1: R\$ 15.000,00	

<p>nacional); Avaliação do uso de TICs na educação nos seguintes países: EUA, União Europeia, Japão, Coréia do Sul, Índia e China; e plano de coordenação das atividades, identificação da oferta de programas de apoio, disseminação e uso de TICs na educação pública e privada brasileira; análise da oferta de programas educacionais baseados em TICs (tanto software, quanto hardware e conteúdos), diagnóstico dos projetos coordenados pelo Ministério da Educação (MEC) na área de TICs para a educação nos últimos 3 anos (PROINFO, CAFÉ, PROUCA, Media Center, Tablets), Análise do mercado e das ofertas de produtos e serviços na área de TICs para educação.</p> <p>Produto 02: Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das propostas de desenho de ações de apoio ao fortalecimento da cadeia de TICs para educação; análise do marco regulatório para o uso de TICs na educação nos países selecionados no item anterior; cooperação para internacionalização de empresas de TI em educação com viés de base tecnológica e inovação; resultados dos Workshops de alinhamento com os diversos atores, identificando os pontos fortes e fracos, assim como sugestões de políticas públicas.</p>	<p>2º Produto: 05/10/2012</p>	<p>Produto 2: R\$ 30.000,00</p>
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Jefferson Almoualem Plentz	CPF: 106.638.468-11	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido		

PROJETO 7

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/027/2012					
Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a estratégia adotada quanto a evolução e consolidação da indústria de produtos de tecnologia da informação e identificar os resultados colhidos.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/12/2012	02/12/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$69.000,00	R\$ 69.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo estudo temático orientado para a avaliação dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação e comunicação, e indicadores de resultados, realizados com				1º Produto: 13/02/2013	Produto 1: R\$ 22.000,00

ICTs credenciadas, objetivando fortalecer as atividades de pesquisa do setor, com base na análise de 3 (três) casos concretos.		
Produto 02: Documento técnico contendo estudo temático orientado para propor diretrizes para implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação - PADSTI, com base na literatura internacional, com particular atenção a políticas implementadas em países da OCDE, e nos demais países constituintes dos BRICS..	2º Produto: 15/05/2013	Produto 2: R\$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo critérios a serem observados pela SEPIN na definição de áreas ou segmentos dos projetos, em conformidade com a política industrial do setor, a serem financiados com recursos aportados no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação PADSTI, bem como, proposição de roteiro ou regulamento para a formulação de pleitos pelas empresas interessadas na submissão desses projetos.	3º Produto: 18/08/2013	Produto 3: R\$ 23.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo roteiro e proposição de regulamento ou ato normativo, que oriente e sistematiza os procedimentos a serem seguidos pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação, CATI na análise e avaliação dos projetos, recomendados pela SEPIN, a serem executados com recursos decorrentes dos depósitos em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FNDCT, no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação, PADSTI, com base em pesquisas da literatura do setor.	4º Produto: 02/12/2013	Produto 4: R\$ 21.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luciane Lopes Siqueira de Castro		CPF: 610.926.651-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 8

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.					914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/023/2012					
Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados em mapeamento de indicadores de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor privado. Disponibilidade para viagens.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/12/2012	17/09/2013	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo Plano de pesquisa com detalhamento dos objetivos e metodologias para a realização das atividades previstas e fontes de coletas de dados;	1º Produto: 7/01/2013	Produto 1: R\$ 8.900,00
Produto 02: Documento Técnico contendo diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e de metodologias de coleta destes indicadores por organizações privadas;	2º Produto: 25/03/2013	Produto 2: R\$ 10.000,00
Produto 03: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações privadas;	3º Produto: 28/05/2013	Produto 3: R\$ 10.500,00
Produto 04: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e metodologias de coleta destes indicadores por organizações privadas;	4º Produto: 23/07/2013	Produto 4: R\$ 8.000,00
Produto 05: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações privadas.	5º Produto: 17/09/2013	Produto 5: R\$ 8.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luciano de Assis		CPF: 246.620.458-43
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 9

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.					914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/031/2011					
Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos e propor aperfeiçoamentos para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação, para os anos de 2006 a 2010.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	04/06/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; Aspectos Econômicos, Sociais, Tecnológicos; Identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão do Estudo; e Compilação do Resultado da Análise de 25 Relatórios Demonstrativos.	1º Produto: 05/09/2012	Produto 1: R\$ 21.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; Compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	2º Produto: 10/12/2012	Produto 2: R\$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Consolidação Parcial dos Dados; Compilação do Resultado da Análise de 30 Relatórios Demonstrativos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	3º Produto: 20/03/2013	Produto 2: R\$ 23.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo Relatório Final: Compilação do Resultado da Análise de 15 Relatórios Demonstrativos; Integração dos Relatórios Parciais; Consolidação Final dos Dados; e Conclusões e Comentários.	4º Produto: 04/06/2013	Produto 2: R\$ 22.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria Clotilde Prado		CPF: 409.187.501-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 10

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.					914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 1/010/2012					
Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar os sistemas informatizados existentes e suas respectivas bases de dados e identificar necessidades de complementaridade e melhorias nos atuais esforços de automatização dos processos de acompanhamento e de gestão dos incentivos fiscais previstos na Lei de Informática - Lei no 8.248/91.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/09/2012	27/09/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 74.000,00	R\$ 74.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 01: Documento técnico contendo no mínimo os seguintes itens: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão	1º Produto: 15/11/2012	Produto 1: R\$ 16.000,00			

do Estudo; e Análise quanto ao uso e disseminação das ferramentas e sistemas em uso no desenvolvimento atual.		
Produto 02: Documento técnico contendo: Relatório analítico das bases a serem unificadas com vistas a operacionalização e tomada de decisão em conformidade com as necessidades de Gestão da Secretaria	2º Produto: 15/02/2013	Produto 2: R\$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo: Relatório do mapeamento do processo e procedimentos automatizados de geração de relatórios agregados, relatórios gerenciais e geração de consultas, com vistas a gestão da Secretaria.	3º Produto: 15/06/2013	Produto 3: R\$ 26.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo: Relatório Final de avaliação quanto à necessidade de complementação de esforços no escopo do desenvolvimento já realizado, e correspondente documentação associada; Integração dos Relatórios Parciais; Consolidação das Atividades executadas; e Conclusões e Recomendações.	4º Produto: 27/09/2013	Produto 4: R\$ 24.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Paulo Fernando Martins Netto		CPF: 112.412.921-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 11

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/029/2011					
Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos e propor aperfeiçoamentos para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação, para os anos de 2006 a 2010.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	04/06/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 01: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; Aspectos Econômicos, Sociais, Tecnológicos; Identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão do Estudo; e Compilação do Resultado da Análise de 25 Relatórios Demonstrativos.			1º Produto: 05/09/2012		Produto 1: R\$ 21.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; Compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; e Comentários com Indicação de Pontos			2º Produto: 10/12/2012		Produto 2: R\$ 24.000,00

Relevantes.	3° Produto: 20/03/2013	Produto 2: R\$ 23.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo Relatório Parcial; Consolidação Parcial dos Dados; Compilação do Resultado da Análise de 30 Relatórios Demonstrativos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	4° Produto: 04/06/2013	Produto 2: R\$ 22.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo Relatório Final: Compilação do Resultado da Análise de 15 Relatórios Demonstrativos; Integração dos Relatórios Parciais; Consolidação Final dos Dados; e Conclusões e Comentários.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Rodrigo Resende Ferreira		CPF: 818.749.101-97
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETOS COM INÍCIO EM 2013:

PROJETO 12

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 002/001/2013					
Objetivo da Consultoria: Planejamento, auxílio técnico na elaboração, acompanhamento e avaliação de ações de execução de políticas públicas tais como editais e termos de referências, acompanhamento do processo de busca e seleção de aceleradoras e, posteriormente, empresas startups candidatas a receberem recursos de fomento no âmbito do programa Startup Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/03/2013	14/10/2013	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 73.000,00	R\$ 73.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento Técnico contendo relatório consubstanciado e que apresente os resultados do primeiro edital de habilitação das aceleradoras de empresas. No relatório deverá constar o seguinte: (i) descrição do edital e seu modus operandi; (ii) o resultado do trabalho de seleção; (iii) uma análise crítica sobre processo de seleção, levando em conta os aspectos econômicos, financeiros e operacionais e relativos ao processo de inovação; (iv) sugestões de aperfeiçoamento de futuros editais.			1° Produto: 12/04/2013	Produto 1: R\$ 22.000,00	
Produto 02 Documento Técnico que contenha um conjunto de recomendações e cuidados para a elaboração do edital de fomento às empresas startups, considerando sua realidade e necessidades. Neste documento deverão constar: (i) as sugestões de critérios de seleção e escolha das startups, levando em consideração as perspectivas econômicas, financeiras, de mercado, de gestão além das tecnológicas; (ii) sugestão quanto ao perfil dos avaliadores, considerando o aspecto da inovação em seu conjunto e não apenas sob a			2° Produto: 02/07/2013	Produto 2: R\$ 25.000,00	

<p>perspectiva tecnológica; (iii) análise técnica, contendo um conjunto de problemas esperados bem como de facilidades, todos relacionados ao processo de recebimento e processamento das propostas das startups a ser desenvolvido às agências de fomento.</p> <p>Produto 03: Documento Técnico contendo a proposta de formato para a operacionalização do programa Startup Brasil, descrevendo as etapas, agentes envolvidos, bem como os processos e eventos derivados. Neste documento deverão constar: (i) modelo operacional detalhado, com sugestões e críticas que possam levar a um aperfeiçoamento futuro do Programa; e (ii) a quantificação e qualificação dos agentes existentes no ecossistema de aceleração de empresas.</p> <p>Produto 04: Documento técnico contendo uma proposta de eventos e ações complementares que poderão ser objeto de proposição da coordenação do Programa, incluindo um detalhamento técnico (etapas, descrição, responsáveis, e maior integração) e orçamentário, com base estimativa.</p>	<p>3º Produto: 09/09/2013</p> <p>4º Produto: 14/10/2013</p>	<p>Produto 3: R\$ 22.000,00</p> <p>Produto 4: R\$ 27.000,00</p>
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Felipe de Matos Sardinha Pinto		CPF: 059.789.826-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 13

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.					914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 002/068/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor com o objetivo de realizar estudos técnicos de inteligência de mercado para o setor de TI em finanças. O objetivo é levantar informações, mapeando a estrutura da cadeia produtiva de tecnologia da informação aplicada ao setor de finanças, elencando o posicionamento de empresas multinacionais em sub-segmentos, bem como levantar, através de pesquisa primária e secundária, a existência de empresas nacionais nestes diversos nichos avaliados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/10/2013	25/04/2014	R\$ 75.600,00	R\$ 23.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento Técnico contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pós-2010) do sub-segmento de TICs no setor de finanças (tanto internacional, como nacional). Avaliação das principais tendências de tecnologia aplicada ao setor de TI para finanças: Paperless Transactions, Banking Anywhere (ie: self-service kiosks, video-teller machines, mobile and Internet banking), Banking Anywhere (ie: self-service kiosks, video-teller machines, mobile and Internet banking), SaaS, IaaS, PaaS (the as a service economy), Mobile & BYOD, Social Media, Big Data.			1º Produto: 27/12/2013	Produto 1: R\$ 23.600,00	R\$
Produto 02: Avaliação da estrutura da oferta de soluções e sistemas nos seguintes nichos da cadeia da finanças: a)			2º Produto: 25/02/2014	Produto 2: R\$ 25.000,00	R\$

Mobilidade: Mobile Banking, Interactive Banking, Imaging, Payments, Location-Based Services, Remote Deposit Capture, Mobile Alerts; b) Customer Experience: End-to-end multichannel experience, Digital Customer Experience, Location-Based Offers, Loyalty Programs; c) Gerenciamento de Dados: Enterprise-level management of data, Data-Centric Banking, Data Governance, Master Data Management; d) Core Transformation: Service-oriented Architecture to support core transformation (SOA), SaaS, IaaS, PaaS.		
Produto 03: Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das pesquisas primárias e secundárias realizadas, contendo, no mínimo, 10 players nacionais posicionados em cada nicho da cadeia de finanças arrolados em a); Análise crítica do mercado e das ofertas de produtos e serviços na área de TICs para finanças, em nichos especificados em a), contendo proposições de possíveis arranjos, fusões e aquisições (M&A), ausência de oferta brasileira, recentes aquisições de empresas capital predominantemente brasileiro por grupos internacionais, etc.	3º Produto: 25/04/2014	Produto 3: R\$ 27.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Fernando Cesar Delgado Gemi		CPF: 129.508.098-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 14

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 002/074/2013					
Objetivo da Consultoria: Análises do perfil das startups apoiadas pelo programa Start-up Brasil e levantamento de oportunidades de geração de negócios para e entre estas, junto aos canais e parceiros do programa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/12/2013	15/09/2014	R\$ 96.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Relatório técnico com análise do perfil das startups apoiadas pelo programa Start-Up Brasil, quanto a aspectos relevantes ao desenvolvimento do negócio, tais como tipo de cliente (B2B ou B2C), modelo de negócio comercial (p.e.: marketplace, venda direta online, venda pessoal, etc), bem como as suas principais necessidades do ponto de vista de desenvolvimento de negócios (p.e.: Melhoria de qualidade do produto, estruturação comercial, atração de talentos, etc).			1º Produto: 01/02/2014	Produto 1: R\$ 28.000,00	
Produto 02: Relatório técnico com levantamento das principais ofertas de produtos, serviços e benefícios que podem ser ofertados por instituições parceiras do programa Start-Up Brasil (membros do seu comitê assessor), para as startups apoiadas pelo programa, tais como capacitações, financiamentos, acesso a mercado, férias e eventos, etc.			2º Produto: 15/04/2014	Produto 2: R\$ 32.000,00	

Produto 03: Estudo com sugestões de ações que possam ser realizadas pelo programa Start-Up Brasil e seus parceiros no intuito de potencializar o sucesso comercial das startups apoiadas pelo programa, de maneira complementar à atuação das aceleradoras, a partir das melhores práticas nacionais e internacionais de aceleração de startups digitais.	3º Produto: 15/09/2014	Produto 3: 36.000,00	R\$
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Igor Medauar Mascarenhas		CPF: 024.682.355-09	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			

PROJETO 15

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-949/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviço para consolidar a avaliação dos resultados da política setorial de tecnologia da informação e comunicação TICs. Sendo necessária a contratação da ABINNE é a associação que congrega quase a totalidade das empresas deste setor sendo quase cem por cento das mais significativas em faturamento e mercado . Conforme solicitado por meio de Nota Técnica MCTI/SEPIN/CGTE n 08/2013. As despesas correrão por conta do subprojeto SPOA.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2013	22/04/2013	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Consolidação da avaliação dos resultados da Lei de Informática a ser apresentado em Seminário com os painéis de discussão e proposição. O resultado será apresentado, inclusive, em publicação de Livro contendo a compilação e avaliação dos dados dos trabalhos e entrevistas com personalidades do governo, indústria do setor de TIC e do meio acadêmico.			1º Produto: 22/04/2013	Produto 1: 200.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica				CNPJ: 62.510.318/0001-70	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

PROJETO 16

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2/021/2012					
Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados em avaliação jurídica de instrumentos de políticas públicas.					
Período de Vigência			Remuneração		

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	20/09/2013	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 01: Documento Técnico contendo Plano de atividades com detalhamento dos objetivos e metodologias para a realização das atividades previstas e fontes de coletas de dados.		1° Produto: 15/03/2013	Produto 1:	R\$	12.000,00
Produto 02: Documento Técnico contendo análise dos condicionantes jurídicos para implantação de metodologia de avaliação de P&D&I em software.		2° Produto: 01/07/2013	Produto 2:	R\$	23.000,00
Produto 03: Documento Técnico contendo recomendações para adequação da metodologia de avaliação, para atendimento das necessidades das principais instituições de fomento em P&D&I em software do País.		3° Produto: 20/09/2013	Produto 3:	R\$	20.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Giancarlo Reuss Strenzel				CPF: 656.657.089-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

PROJETO 17

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 002/015/2013					
Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados na avaliação e acompanhamento de projetos e solicitações de apoio financeiro em TI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/06/2013	24/05/2014	R\$ 81.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 01: Documentos Técnicos de avaliação dos resultados dos estudos técnicos sobre as discussões do direito internacional da propriedade intelectual de programas de computador no âmbito da OMPI e da OMC com a avaliação das posições mais destacadas em cada organização.		1° Produto: 10/10/2013	Produto 1:	R\$	30.000,00
Produto 02: Documento Técnico dos estudos realizados sobre as tendências mundiais em proteção da propriedade intelectual aplicada a programas de computador, avaliando as experiências dos países selecionados anteriormente.		2° Produto: 30/01/2014	Produto 2:	R\$	23.600,00
Produto 03: Documento Técnico dos estudo técnico contendo o levantamento da evolução da proteção da propriedade intelectual		3° Produto: 24/05/2014	Produto 3:	R\$	27.400,00

de programas de computador no Brasil, o marco normativo brasileiro e o cenário atual. Verificado os aspectos legais e procedimentais, no âmbito dos direitos autorais e industriais, tais como as formas de patenteabilidade, registros de desenho industrial, segredo industrial, relação com as topografias de circuito integrado, etc. Neste ponto, serão verificadas a posição atual do INPI, a visão dos principais atores do setor privado acerca da adoção de regramentos diferentes para a adoção de propriedade intelectual ao segmento (software livre, garantia de investimentos, barreiras à inovação, etc). Serão indicados os possíveis aperfeiçoamentos da estrutura normativa para a propriedade intelectual de programas de computador.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luiz Otávio Pimentel	CPF: 199.981.120-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 18

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2/024/2012					
Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados em avaliação de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) em software.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/01/2013	13/09/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo o planejamento das atividades, contendo alinhamento de objetivos, prazos, estratégias de desenvolvimento da pesquisa, cronograma, etc, com os objetivos da unidade solicitante.			1º Produto: 18/02/2013	Produto 1: 15.000,00	R\$
Produto 02: Documento Técnico contendo panorama de uso de indicadores de P&D&I de software no Brasil.			2º Produto: 01/04/2013	Produto 2: 25.000,00	R\$
Produto 03: Documento Técnico contendo proposta preliminar de metodologia de avaliação de P&D&I em software no Brasil.			3º Produto: 06/06/2013	Produto 3: 25.000,00	R\$
Produto 04: Documento Técnico contendo principais melhorias necessárias na metodologia para viabilidade de uso para as principais partes interessadas.			4º Produto: 31/07/2013	Produto 4: 15.000,00	R\$
Produto 05: Documento Técnico contendo versão final da metodologia.			5º Produto: 19/09/2013	Produto 5: 10.000,00	R\$
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Mauro Zackiewicz				CPF: 171.150.048-89	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

PROJETO 19

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 002/014/2013					
Objetivo da Consultoria: Estudos técnicos de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades de fomento a empresas Startups no âmbito do programa Start-up Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/05/2013	12/05/2014	R\$ 120.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
<p>Produto 01: Documento técnico contendo o planejamento das principais atividades do programa Startup Brasil, a partir do planejamento macro previamente definido.</p>			1º Produto: 15/06/2013		Produto 1: R\$ 28.000,00
<p>Produto 02: Documento Técnico contendo status com periodicidade trimestral das empresas e aceleradoras acompanhadas pelo programa, necessariamente abordando as métricas de monitoramento (canvas model, business model generation, lean startup, Y combinator methodology, dentre outros), com maior foco para as startups.</p>			2º Produto: 15/09/2013		Produto 2: R\$ 29.000,00
<p>Produto 03: Documento técnico com a lista de agentes de apoio às empresas contactados pelo programa e eventuais parcerias geradas, abordando necessariamente número de startups, volume global de investimentos, número de fundos de capital de risco e global angels, disponibilidade de capital, go-to-market de empresas de base tecnológica.</p>			3º Produto: 06/01/2014		Produto 3: R\$ 30.000,00
<p>Produto 04: Documento Técnico: Acompanhamento da execução de eventos e seus resultados em termos de road show empresarial, volume de investimentos, número de startups avaliadas, atração de investidores internacionais para o Brasil, em eventos e missões, tais como Demo Day(s) e Induction Week, Start-Up Brasil Go Silicon Valley, Geeks on a Plane.</p>			4º Produto: 12/05/2014		Produto 4: R\$ 33.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Vítor Andrade Guedes Alcoforado da Rocha				CPF: 049.455.094-50	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

PROJETO 20

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 001/066/2013					
Objetivo da Consultoria: Estudos técnicos de inteligência de mercado para o setor de TI em energia. O objetivo é levantar informações, mapeando a estrutura da cadeia produtiva de tecnologia da informação aplicada ao setor de energia, elencando o posicionamento de empresas multinacionais em sub-segmentos, bem como levantar, através de					

pesquisa primária e secundária, a existência de empresas nacionais nestes diversos nichos avaliados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/10/2013	17/05/2014	R\$ 90.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 01: Documento Técnico contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pós-2010) do sub-segmento de TICs no setor de energia (tanto internacional, como nacional). Avaliação das principais tendências de tecnologia aplicada ao setor de energia: Remote monitoring and control capabilities through programmable logic controllers (PLCs) & Sensor Technologies, Predictive Analytics & Data Analytics, Advanced Metering Infrastructure, In-Memory Computing (smart-grid-generated metering and real-time sensor data), Health, Safety and Environment Systems (HSE), Advanced Manufacturing Systems & BPM, Mobile and Location-Aware Technology, Big Data & Cloud.		1º Produto: 18/12/2013	Produto 1:	R\$ 27.000,00	
Produto 02: Documento técnico contendo a avaliação da estrutura da oferta de soluções e sistemas nos seguintes nichos da cadeia da segurança da informação: a) Gerenciamento de Operação: Services Operation Management (ex: Energy Management Systems - EMS, Supervisory Control and Data Acquisition - SCADA, Human Machine Interface - HMI, Industrial Control Systems - ICS); b) Gestão do Negócio: Sistemas especialistas (ex: ERP, BI, CRM, Supply Chain, BPM para o setor), Advanced Manufacturing, Health-Safety - Environment (HSE), Smart Grids; c) Gerenciamento de Dados: Master Data Management (MDM), Business Analytics, Predictive Analytics, Data Analytics; d) Segurança: Sistemas de Proteção para Plantas Industriais e Infraestrutura (SCADA Security), Sistemas de Proteção de Dados.		2º Produto: 17/02/2014	Produto 2:	R\$ 28.000,00	
Produto 03: Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das pesquisas primárias e secundárias realizadas, contendo, no mínimo, 10 players nacionais posicionados em cada nicho da cadeia de TI para energia arrolados em a), Análise crítica do mercado e das ofertas de produtos e serviços na área de TICs para energia, em nichos especificados em a), contendo proposições de possíveis arranjos, fusões e aquisições (M&A), ausência de oferta brasileira, recentes aquisições de empresas capital predominantemente brasileiro por grupos internacionais, etc.		3º Produto: 17/05/2014	Produto 3:	R\$ 35.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Eduardo Francisco Cortez Cardoso				CPF: 289.689.258-36	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

PROJETO 21

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"	
Código do Contrato: SA-1844/2012	

Objetivo da Consultoria: Contratação de serviço de Consultoria Técnica Especializada para a realização da Pesquisa "Mercado de Data Centers e a Agenda Estratégica para o Brasil". 3. DETALHAMENTO DO OBJETO. Requisitos funcionais. Esse trabalho de pesquisa é constituído de duas etapas: Etapa 1 – Análise da estrutura de custos de Data centers e identificação de oportunidades para o país no segmento. Etapa 2 – Definição de fatores de impacto e agenda propositiva para constituição do Brasil como hub internacional de Data centers. 3.1 - Etapa 1: (a) Análise do mercado de Data centers : contendo criteriosa análise da cadeia de valor, sua estruturação, evolução tecnológica, insumos, custos de operação, novos avanços tecnológicos no segmento, indicadores financeiros da instalação, operação e manutenção, economia de mercado (estrutura da oferta, competidores, segmentação de mercado, principais players, atuação internacional, etc), segmentação dos tipos de Data centers e sua geração de valor, estudo da cadeia de oferta e demanda no Brasil, oportunidades para green data centers; (b) Estrutura de custos de um Data center: levantamento dos custos (breakdown) de instalação e manutenção de um Data center Tier 3 e 4, tais como infra-estrutura, banda larga, recursos humanos, construção civil, energia, impostos, etc; clarificação dos custos CAPEX e OPEX de um Data Center; (c) Benchmarking internacional para análise e conhecimento do mercado de Data center em países como Argentina, México, Chile, EUA (Miami) e Colômbia; comparativo internacional dos custos CAPEX e OPEX de um Data Center; fatores internacionais de atração de investimentos, políticas públicas e incentivos existentes nos países selecionados, avaliação da estrutura regulatória, comparação com marco regulatório brasileiro. 3.2 - Etapa 2: (d) Análise da competitividade do Brasil no segmento de Data Centers: avaliação dos requisitos nacionais para o posicionamento estratégico na atração de investimentos, vantagens e desvantagens do país em perspectiva comparada, impactos da ausência de apoio governamental à instalação de estruturas no país (perda em impostos, empregos, novos investimentos, etc), riscos potenciais para a cadeia de T.I. brasileira, uso de data centers para nuvem governamental (padrões, definição de infra-estrutura compartilhada, regras de implantação, riscos, modelos internacionais de uso de computação em nuvem para governo, padrões de data Center para uso governamental; (e) Identificação de políticas públicas para a convergência com as melhores práticas internacionais estudadas, criando um desenho de mecanismo de atração de investimentos em Data centers no Brasil (proposição de medidas claras, quantificáveis, que apresentem caminhos pragmáticos para a formulação e implementação de políticas públicas para tal objetivo).

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/07/2013	03/01/2014	R\$ 149.759,00	R\$ 89.855,40	R\$ 89.855,40	R\$ 89.855,40
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 01: Contratação de serviço de Consultoria Técnica Especializada para a realização da Pesquisa Mercado de Data Centers e a Agenda Estratégica para o Brasil.		1º Produto: 16/07/2012	Produto 1:	R\$ 22.463,85	
Produto 02: Análise da estrutura de custos de Data centers e identificação de oportunidades para o país no segmento. (a) Análise do mercado de Data centers : contendo criteriosa análise da cadeia de valor, sua estruturação, evolução tecnológica, insumos, custos de operação, novos avanços tecnológicos no segmento, indicadores financeiros da instalação, operação e manutenção, economia de mercado (estrutura da oferta, competidores, segmentação de mercado, principais players, atuação internacional, etc), segmentação dos tipos de Data centers e sua geração de valor, estudo da cadeia de oferta e demanda no Brasil, oportunidades para green data centers; (b) Estrutura de custos de um Data center: levantamento dos custos (breakdown) de instalação e manutenção de um Data center Tier 3 e 4, tais como infra-estrutura, banda larga, recursos humanos, construção civil, energia, impostos, etc; clarificação dos custos CAPEX e OPEX de um Data Center; (c) Benchmarking internacional para análise e conhecimento do mercado de Data center em países como Argentina, México, Chile, EUA (Miami) e Colômbia; comparativo internacional dos custos CAPEX e OPEX de um Data Center; fatores internacionais de atração de investimentos, políticas públicas e incentivos existentes nos países selecionados, avaliação da estrutura regulatória, comparação com marco regulatório brasileiro.		2º Produto: 03/09/2012	Produto 2:	R\$ 37.439,75	
Produto 03: Definição de fatores de impacto e agenda propositiva para constituição do Brasil como hub internacional de Data centers. Etapa 2: (d) Análise da competitividade do Brasil no segmento de Data Centers: avaliação dos requisitos nacionais para		3º Produto: 03/01/2013	Produto 3:	R\$ 89.855,40	

o posicionamento estratégico na atração de investimentos, vantagens e desvantagens do país em perspectiva comparada, impactos da ausência de apoio governamental à instalação de estruturas no país (perda em impostos, empregos, novos investimentos, etc), riscos potenciais para a cadeia de T.I. brasileira, uso de data centers para nuvem governamental (padrões, definição de infra-estrutura compartilhada, regras de implantação, riscos, modelos internacionais de uso de computação em nuvem para governo, padrões de data Center para uso governamental; (e) Identificação de políticas públicas para a convergência com as melhores práticas internacionais estudadas, criando um desenho de mecanismo de atração de investimentos em Data centers no Brasil (proposição de medidas claras, quantificáveis, que apresentem caminhos pragmáticos para a formulação e implementação de políticas públicas para tal objetivo).		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Frost & Sullivan do Brasil Consultoria e Participações Ltda.	CNPJ: 05.615.191/0001-10	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

PROJETO 22

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.			914BRZ2018		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 001/067/2013					
Objetivo da Consultoria: Estudos técnicos de inteligência de mercado para o setor de TI em saúde. O objetivo é levantar informações, mapeando a estrutura da cadeia produtiva de tecnologia da informação aplicada ao setor de saúde, elencando o posicionamento de empresas multinacionais em sub-segmentos, bem como levantar, através de pesquisa primária e secundária, a existência de empresas nacionais nestes diversos nichos avaliados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/10/2013	17/05/2014	R\$ 75.600,00	R\$ 23.600,00	R\$ 23.600,00	R\$ 23.600,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Produto 01 - Documento Técnico contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pós-2010) do sub-segmento de TICs no setor de saúde (tanto internacional, como nacional). Avaliação das principais tendências de tecnologia aplicada ao setor de saúde: Mobilidade, PHR/EHR, Telemedicina, Sistemas Especialistas e Clinical Analytics.			1º Produto: 18/12/2013	Produto 1:	R\$ 23.600,00
Produto 02: Documento técnico contendo a avaliação da estrutura da oferta de soluções e sistemas nos seguintes nichos da cadeia da saúde a)Gerenciamento de Operações: Services Operation Management (ex: automação de internação, alta e transferência de pacientes, automação de exames laboratoriais), b) Gestão do Negócio de Saúde: Sistemas especialistas (ex: ERP, BI, CRM, Supply Chain para saúde), c) Gerenciamento de Dados: Eletronic Health Records (EHS), Health Information Exchange (HIE), Enterprise Image Archive (EIA), Digital Imaging and Communications in Medicine (DICOM), Personal Health Records (PHR), d) Mobilidade na Saúde: RFID, GPS, NFC, Mobile Apps (ex: controle de inventário, monitoramento de pacientes remoto,			2º Produto: 17/02/2014	Produto 2:	R\$ 25.000,00

<p>laudo médico à distância).</p> <p>Produto 03: Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das pesquisas primárias e secundárias realizadas, contendo, no mínimo, 10 players nacionais posicionados em cada nicho da cadeia de saúde arrolados em a); Análise crítica do mercado e das ofertas de produtos e serviços na área de TICs para saúde, em nichos especificados em a), contendo proposições de possíveis arranjos, fusões e aquisições (M&A), ausência de oferta brasileira, recentes aquisições de empresas capital predominantemente brasileiro por grupos internacionais, etc.</p>	<p>3º Produto: 17/05/2014</p>	<p>Produto 3: R\$ 27.000,00</p>
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Pedro Sitta Pizzolato		CPF: 351.358.618-31
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

ANEXO I – MAPA ESTRATÉGICO DA SEPIN

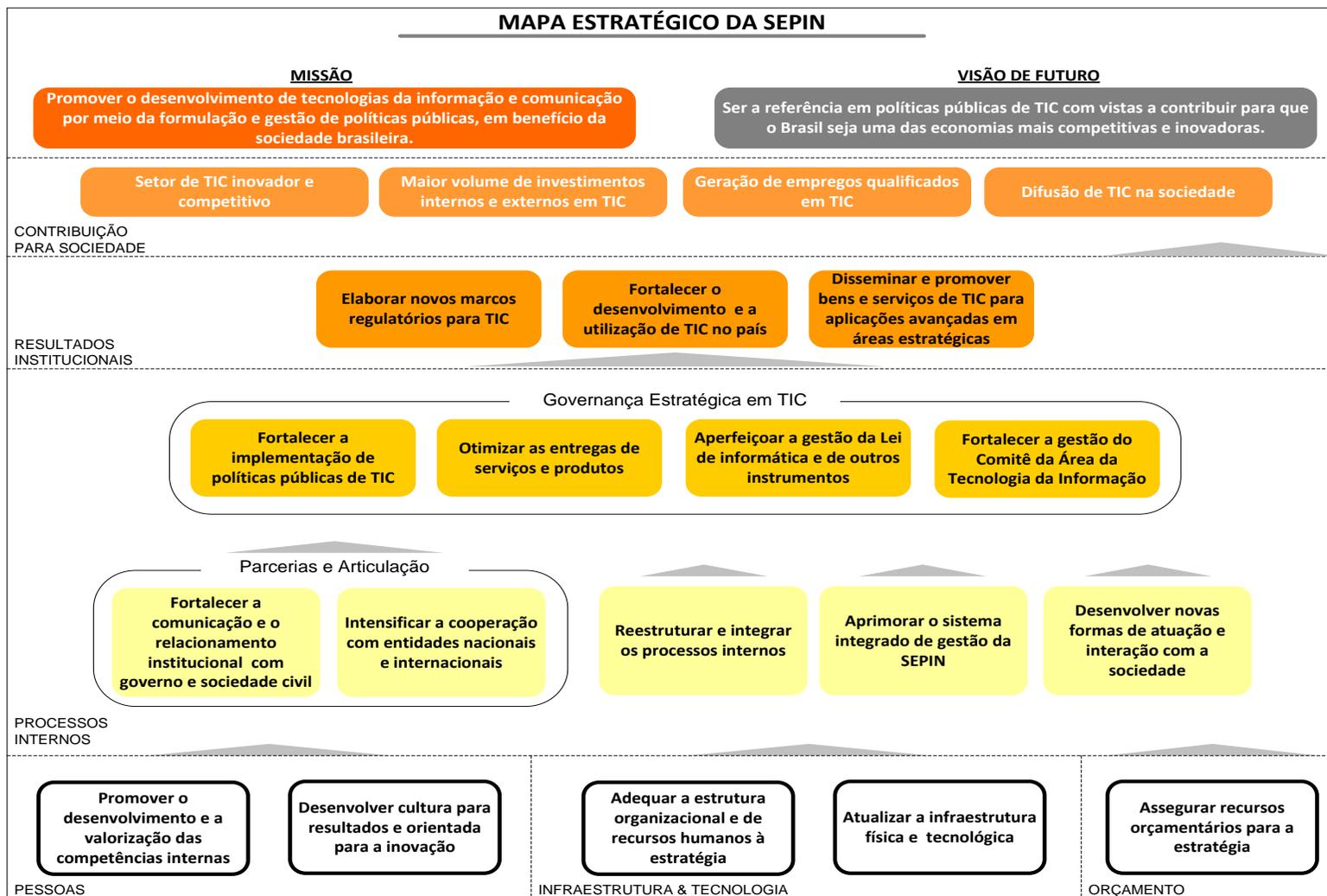


Figura 1: Mapa estratégico da SEPIN em 2012.

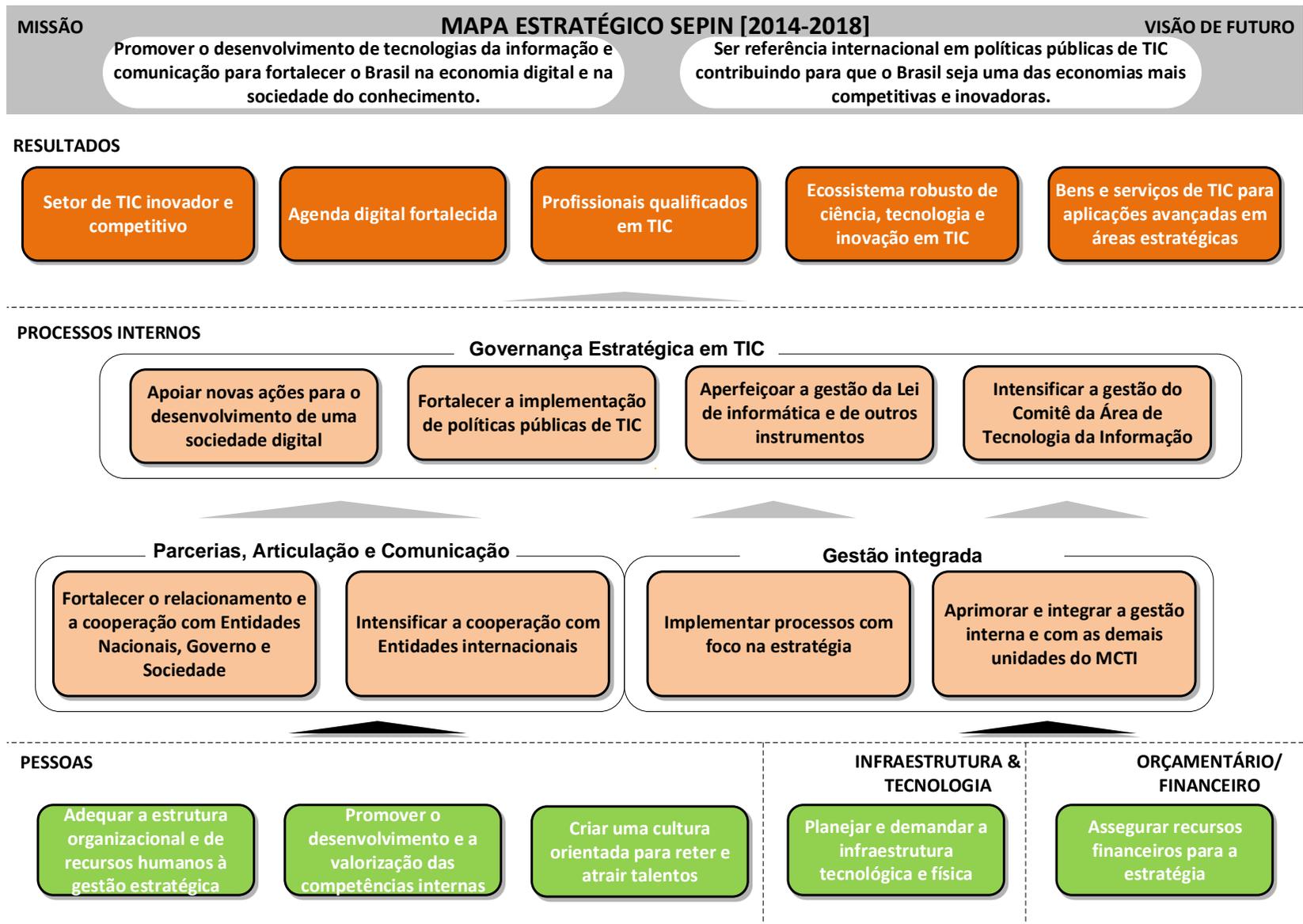


Figura 2: Mapa estratégico da SEPIN em 2013